

OLAVO NERY

MEC/INFD/CIBEC

2
DISCURSO; jubileu
de Prata da Fac. Nac. medicina

DEPOSITARIA
MEC INEF
S. BE CIBEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. OLAVO
NERY, ORADOR DA TURMA DE MÉDICOS DE
1934, DA FACULDADE NACIONAL DE MEDI-
CINA, POR OCASIÃO **DOS** FESTEJOS COME-
MORATIVOS DO SEU JUBILEU DE PRATA.

AQUI estamos, graves e serenos, nós, os turbulentos moços de 1934, de novo reunidos nesta Casa que foi ambição, depois oficina e é hoje amor. Neste quarto de século que ao nosso tempo subjetivo parece, neste instante, um breve período, sérias e profundas transformações se passaram no mundo em que vivemos, na terra em que primeiro vimos a luz. Uma grande guerra desceu a sombra das suas dores sobre uma humanidade em convulsão. Alterações políticas, em nossa pátria, trouxeram, às vezes, antagonismos e ódios. Mas, das metrópoles em ruínas de dois continentes, dos des-

troços radioativos de pequenas cidades perdidas no mapa oriental, dos milhões de seres humanos despedaçados fibra a fibra por todas as dores, todas as angústias, todos os desesperos, ergue-se hoje uma nova esperança, clareia uma nova madrugada, esboça-se o cumprimento de uma antiga profecia : a de que não mais os homens se estraçalharão em massa, não mais se levantará a maldição dos órfãos e das viúvas, chegará, enfim, a época da mansa pregação : amai-vos uns aos outros.

Também na nossa terra, neste país grande como um continente, que embalou o nosso berço, e abrigará o nosso corpo, também na nossa terra, houve amarguras e incompreensões, lutas e divisões. Mas, a coesão das suas origens, o impulso de grandeza que leva este país para a frente e para o alto, trouxe a consolidação das instituições que melhor representam a capacidade de conveniência do homem, a estruturação da economia naquelas bases que fazem as nações independentes e prósperas e, em consequência, a elevação dos níveis de cultura, a melhoria das condições de saúde, a ascensão da capacidade aquisitiva de setores cada vez maiores da população. Certo que dificuldades houve e as há. Mas, como os indivíduos, as na-

ções precisam das grandes dificuldades e das chocantes decepções para se situarem com firmeza no campo existencial. O que importa é que temos a tranqüila confiança de que, como no passado, quando lutamos com os invasores, quando pelejamos pela independência e pela unidade nacional, saberemos encontrar, dentro dos moldes de tolerância e equilíbrio que são a constante do caráter nacional, a solução dos nossos problemas, a superação dos nossos obstáculos. E temos todos, as gerações de hoje, as de amanhã, a solene certeza de que esta será uma grande nação.

Também na esfera da ciência médica espantosas transformações se operaram neste espaço de tempo que medeia entre a nossa juventude e a nossa maturidade. A modesta vacina de Wright transformou-se no antibiótico de largo espectro. Davam as sulfas os vacilantes primeiros passos, hoje seguros vôos supersônicos. O temível arsênico e o longo bismuto transfiguraram-se na quase instantaneidade da penicilina, no tratamento do mal de Fracastor. A morosa viagem do quinino pelos batelões da Amazônia se metamorfoseou no vôo a jato do sal cloroquinado através das grandes massas populacionais dos ínvios sertões. Temos hoje

a suprema bênção de assistir a gerações que já não conhecem a sífilis e o impaludismo. Dominamos já a poliomielite e vencemos as trações da tuberculose. Penetramos no mais íntimo recesso das mais nobres vísceras e mergulhamos a fundo nas sombrias dobras do psiquismo. Surge a magia do enxerto de órgãos e do transplante de vísceras, da circulação extracorpórea e dos isótopos rádio-ativos. Abre-se o "santuário do tórax" e manipula-se a válvula mitral, como outrora se manejava com o apêndice. Longa trajetória se fez da cirurgia abdominal à cirurgia torácica, com a cirurgia das cardiopatias, congênicas ou não, com as múltiplas intervenções sobre o pulmão. Longo é o caminho entre a tímida trepanação e a neurocirurgia estereotáxica, entre a punção lombar e a angiografia cerebral, entre o eletrodiagnóstico e a eletroencefalografia. Abre-se ao estudo o fecundo campo da bioquímica : do miocárdio ao neurônio, do ácido pantotênico e vitamina B6 nas dismetabolias ao Iodo 131 no hipotiroidismo e às enzimas cada dia mais numerosas. Novas estruturas, delicadas e sutis, incorporando-se ao conhecimento anatômico e à interpretação fisiológica, abrem largos horizontes às investigações da patologia. Não é

mais um sincício o miocárdio. Da substância reticulada do tronco cerebral e do tálamo, daquela mera reminiscência filogênica que era o rinocéfalo surge com transcendente significação a base física das emoções, alicerce do comportamento humano. A Farmacologia alimenta os milagres da anestesia e as manchetes jornalísticas dos atarácicos.

Meus colegas, não vai no debuxo desse quadro da Medicina contemporânea o irrealismo ingênuo dos otimismo impenitentes, nem a paranóia das suficiências pretensiosas. Nós, os médicos de todos os tempos, somos sóbrios realistas. Não exclui, porém, o objetivismo realista aquele idealismo construtivo que é o impulsionador de todos os progressos humanos. Somos homens de ação, mas somos também homens de ideal. Duvidamos metódicamente como instrumento de pesquisa, mas cremos firmemente como condição de entusiasmo. Cremos no progresso da ciência e no aperfeiçoamento do homem, no domínio da natureza e no triunfo do bem. Não nos abeberamos decerto no cientificismo primário do princípio do século, mas nos amparamos na sóbria certeza de que um mundo novo de inimagináveis desenvolvimentos se abre aos nossos olhos atônitos,

nesta segunda metade do século XX. O homem desce à intimidade do átomo e ascende à imensidade do cosmos, segue o curso do próton e entra na órbita do Sol, observa a marcha dos neutrons e a face oculta da Lua. Cria a cibernética e descobre a antematéria. Sabe que o grande e o pequeno não existem, o tempo e o espaço são relativos, tudo dependendo da escala e do lugar em que se situa o observador. Sabe que o novo não é mais do que uma nova roupagem do antigo. Não esquece ainda o aforisma de Protagoras : o homem é a medida de todas as coisas. No limiar, porém, desta nova época, na era cósmica e na era atômica, o homem tem ainda a tranqüila segurança de que as forças que êle liberta e as órbitas que êle circunda não trarão a sua destruição e o seu fim — imprudente aprendiz de feiticeiro que seria — mas a sua melhora e o seu progresso, em um mundo mais sadio e mais pacífico onde mais largamente se desdobrarão as suas infinitas potencialidades.

A vós me dirijo, jovens médicos de 1934, travessos vestibulandos de 1928, já ungidos da séria responsabilidade do desejo de ser médicos, meninos da primeira e da segunda década deste século. Aqui estais, como há vinte e cinco

anos atrás, atendendo ao apelo do espírito da turma, à evocação do passado comum. Aqui estais enriquecidos de experiência e aquinhoados de sabedoria, com um patrimônio de conhecimentos técnicos que procurastes sempre ampliar e renovar, com um cabedal de experiência que vos torna mais sábios e tranquilos. Aqui vos reunis, festivos e circunspectos, naquela multiplicidade de destinos que a vida sempre traça com secreto carinho: professores e docentes, cirurgiões ilustres e clínicos famosos, especialistas consagrados e sanitaristas de nomeada, diretores de vastas autarquias e grandes hospitais, chefes de enfermaria e chefes de clínica, representantes, enfim, de todas as proteiformes diferenciações da profissão médica. Junto também vos vejo os que trocaram, em todo ou em parte, o bisturi ou o estetoscópio pelo brilho da pena ou a fecundação do arado. Aqui vos vejo também, e com particular carinho os menciono, aqueles que, não ocupando a ribalta de evidências às vezes fugazes, possuem com o árduo privilégio do exercício da clínica diuturna a sublime oportunidade de distribuírem, generosamente, a mancheias, aquele shakespeariano "leite da bondade humana", que é o mais alto título de nobreza da profissão.

Aqueles de quem dizia Osier: "sua vida é dura e espoliada, recebem paga de menos e trabalho de mais, tem pouco tempo para o estudo e menos ainda para a recreação — mas esta é a bigorna que forja a mais fina tèmpera do seu aço, traz à tona os mais nobres elementos do seu caráter".

A vós, me dirijo, colegas do interior, símbolos fecundos da luta quotidiana contra a enfermidade e a ignorância, vós que lutais com a mão quase desarmada contra os males da saúde e as conjuras do obscurantismo, vós que superais com o esforço as dificuldades do aperfeiçoamento e da informação. A vós todos, meus colegas e meus amigos, do norte ou do sul, do interior ou das cidades, do altiplano ou do litoral, a vós me dirijo e em nome do espírito da turma, uno e indivisível, vos saúdo nesta hora de gratas emoções.

E neste momento de suave evocação, quando em vós vejo refletido o cabelo branqueando ou azulando, ou ambos, a face cavando, o fôlego encurtando e a vista alongando, o gesto mais lento e o passo também, as costas mais curvas e o abdômen ainda mais, neste momento, vejo ao nosso lado a suprema compensação,

tesouro das nossas vidas, alegria da nossa jornada, conforto das nossas tristezas, estímulo dos nossos desânimos, descanso das nossas canseiras, bálsamo das nossas angústias — as fiéis companheiras de tantas lutas e tantas jornadas. E vejo ainda, no nosso olhar embevecido, a doce ventura de nos revermos no petulante olhar dos nossos filhos ou de nos encontrarmos no riso cristalino das nossas filhas. A elas, ternura da nossa vida, vida dos nossos sonhos, o nosso comovido agradecimento.

Também eles tinham no claro olhar planos de futuro, sonhos de grandeza. Conosco assentavam à nossa mesa de anatomia, o nosso pro-vete de química usavam, no leito ao lado, na nossa enfermaria, faziam a observação, de nossa vida participavam. Tinha algum já no sério olhar de entre os melhores da turma como que a antevisão gelada daquela implacável Parca contra a qual tomávamos todos como destino o lutar. Aos poucos foram tombando, ainda nos bancos escolares, quase adolescentes, ontem na mesa de trabalho, já o coração cansado, aqui ou em Estados distantes, na insidia das doenças irremissíveis, na brutalidade dos acidentes inesperados ou das tragédias inexplicáveis. Mas, sempre aumentando as sua filei-

ras, desfalcando sempre o nosso grupo. As suas figuras, risonhas ou graves, distantes ou próximas, povoam já de saudade a história da nossa turma, o curso da nossa história. Ante a sua doce memória, compungidos e aflitos, inclinamos as nossas fronteiras neste momento de recolhido silêncio.

Convocados para o exercício de uma fidelidade que o tempo não apaga nem atenua, os médicos de 1959, neste solene solar das nossas vidas, nesta Faculdade que era o nosso sonho de mocidade e é o nuno tutelar da nossa vocação de servir. Alma Máter, majestosa e acolhedora, a ela pertencemos com desvanecido orgulho, dela levamos, pelos caminhos da vida. as lições da ciência, os exemplos da sabedoria: Percorrendo, agora em compassado passo, os seus austeros corredores, avistamos a fisionomia amiga dos nossos mestres, daqueles que começamos por respeitar e temer e acabamos por amar. Sobre as nossas já prateadas cabeças cai o seu olhar severo e amigo, como que a nos dizer que não traímos o nosso destino, não esquecemos as suas lições, não foi vã a sua pregação. Então, pela nossa memória enévoada de saudade perpassam as suas figuras na multiplicidade dos seus temperamentos, na

pluralidade dos seus talentos. Vemo-los, ainda como naquele longínquo ontem, que tão próximo nos parece, no velho anfiteatro com clareza expondo as lições da Anatomia ou da Fisiologia, na pedra traçando com paciente profundidade as leis da Física ou as equações da Química, na sala-de-aula prática ou na enfermaria, no desvão do ambulatório ou no anfiteatro de cirurgia, à mesa de necropsia ou à mesa de operação, junto ao cadáver ou junto ao doente, ao lado da parturiente ou do esquizofrênico, tendo nos braços o lactente irrequieto ou sopesando na mão o bisturi imperturbável. Do seu olhar compreensivo e afetoso desce a última lição : a de que devemos ser fiéis a esta Casa, fiéis ao seu exemplo de devoção ao trabalho e fiéis ao nosso dever de engrandecê-la. Não é possível, nesta hora de recolhimento e emoção, enumerar-lhes os nomes todos — ai eles já são tantos ! — mas em nossos corações, em nossa saudade, em nossa gratidão, na nossa diária labuta eles estão bem vivos e claros, sempre presentes na perenidade do espírito.

Dessa nobre galeria de Mestres que já pertencem ao glorioso passado desta Casa, daqueles que, no dizer de Camões, "... por obras va-

lerosas se vão da lei da morte libertando" não poderíamos, porém, silenciar os nomes que a esta turma mais ligados estiveram, como parainfo e homenageados, e que conosco vivem no nosso álbum de formatura. Miguel Couto, o bom, Leitão da Cunha, o manso, Benjamin Batista, o mestre de tantas gerações, e Augusto Paulino e Heitor Carrilho, e Pacheco Leão e Chagas Leite e Berardinelli, quase tão moços como nós. Temos, entretanto, ainda a ventura, o alto privilégio da convivência de mestres de sempre, como Pedro Pinto, Vieira Romeiro, Malagueta e desta autêntica encarnação do espírito universitário que é Deolindo Couto.

E, ao revermos estas salas-de-aula, estes alegres pátios, estes solenes corredores, este nobre anfiteatro, recua-nos a memória para aquele dia de um quarto de século atrás em que, sobraçando o diploma — meta das nossas mais caras ambições, orgulho dos nossos pais, roteiro do nosso destino — saíamos, fronte alta e olhar confiante, a enfrentar nos caminhos da vida a batalha da áspera profissão.

Aqui estamos, graves e serenos, os médicos de 1934, de novo reunidos nesta Casa, para dizer-lhes que, nesta hora crepuscular das nos-

sas vidas, como outrora, daqui partimos com a firme disposição de ser fiéis à nossa vocação de servir, à solene deliberação de continuar a lutar, com o restante das nossas forças, pelo engrandecimento da Pátria".

MINISTRO FLAVIO SÜPLICY DE LACERDA

RECOMENDAÇÕES ÀS UNIVERSIDADES

Forum Especial de Reitores

Fortaleza - Junho - 1965

AOS REITORES

O Ministro da Educação e Cultura encarece aos Magníficos Reitores, por ocasião deste Forum, reunido em Fortaleza, atenção para os seguintes pontos e sugestões que lhe parecem essenciais para o desenvolvimento do ensino superior e, principalmente, para o bom entendimento que se [az imperioso, entre estudantes e professores :

1. Há um movimento estudantil cada vez mais visível e comprovado, cuidadosamente planejado, visando a uma campanha ampla de incentivo à desobediência e à desordem, recomendando, entre outras coisas, que simplesmente se ignore a Lei, bem como as ordenações regimentais e estatutárias das Faculdades e Universidades. Não se poderá ignorar assunto de tanta gravidade, que se orienta para uma nova fase de agitação orientada, com correção de erros anteriores.

2. Assim sendo, é de todo conveniente que as autoridades universitárias procurem, como deve ser sempre, entendimentos amistosos com os estudantes e os seus Diretórios, com a finalidade de serem os moços instruídos sobre os dispositivos da Lei nº 4.464, de 9/11/1964, que a maioria dos estudantes não leu e muito menos discutiu, Lei que não é contra mas a favor do estudante, feita para garantir dignidade na vida estudantil, defendendo os universitários contra os desígnios dos agitadores que sempre pretenderam o desentendimento, como arma para as lutas sociais que desejam.

3. Se a citada Lei tiver defeitos e puder ser melhorada, na opinião dos universitários, então o caminho certo e digno para os moços aos quais amanhã estará entregue o Brasil não será desobedecê-la sem mesmo experimentá-la nos seus efeitos, mas apontar as suas eventuais falhas, para que as autoridades

competentes as estudem e, se fôr o caso, providenciem correções. O que não é possível, e o que a Nação não aceita, é que estudantes tenham o privilégio, por eles mesmos concedido, de legislar em proveito próprio, deixando de lado os Poderes da República.

4. Os atuais Diretórios Acadêmicos, um por um, deverão ser consultados para que se manifestem sobre se desejam enquadrar-se nos dispositivos da Lei nº 4.464, não sendo a isso obrigados. Se não desejarem tal enquadramento, então, obviamente, não poderão desfrutar das vantagens concedidas pela Lei, isto é, não poderão ter garantidas as cobranças de anuidades, não receberão verbas oficiais, não terão representação nos órgãos de deliberação coletiva e, logicamente, não poderão ser sediados em próprios das Faculdades ou Escolas.

5. A resposta ao item 4 sendo afirmativa, então as eleições serão realizadas de acordo com o Decreto nº 56.241, de 4/5/1965, observando-se todos os dispositivos do § 3º do artigo 5º da Lei nº 4.464.

6. Os prazos mencionados no Decreto nº 56.241 são máximos, desobrigando os Diretórios que já se acharem enquadrados na Lei e que, na sua conformidade, já tenham realizado eleições.

7. As sanções aplicáveis aos que desrespeitarem a Lei deverão ser expressas nos Estatutos e Regimentos Internos, recomendando-se especial atenção para o que dispõe o art. 17 da Lei nº 4.464.

8. Um dos problemas essenciais para o desenvolvimento de uma política estudantil construtiva, já o mencionei em circular às Universidades: é necessário e urgente a construção de campos de esportes, e desde já a locação de praças de desportos existentes, para o incentivo de uma sadia camaradagem entre os moços e, mais ainda, para entendimento melhor entre estudantes e professores, pois as competições entre institutos ou entre Universidades deverão contar, logicamente, com a presença e o prestígio do corpo docente. Em todos os Países do Mundo os desportos universitários são grande tradição e desempenham papel importante de integração universitária.

Esboçados alguns pontos importantes para a fixação de uma política estudantil real e efetiva, desejo fazer observações sobre a questão da formação das nossas Universidades, alinhando algumas providências já tomadas, todas elas com a finalidade de estruturar, em definitivo, a vida universitária brasileira :

a) O Conselho Federal de Educação, sob sugestão do Ministério, criou os cursos de engenheiros de operação, deu concepção nova à duração dos cursos superiores, estabeleceu a licenciatura de professores polivalentes, resultando de tudo isso, como é fácil prever-se, o barateamento do custeio e a aproximação, por mais tempo, entre professores e alunos, estabelecendo-se autêntica existência universitária.

b) Assinou-se convênio com a USAID para termos a colaboração de assessores para um completo planejamento do nosso ensino superior, com a finalidade de se ter, em curto prazo, a elaboração de uma série inicial de planos exeqüíveis, a ampliação e a reestruturação do sistema nacional de ensino superior, abrangendo os próximos cinco anos; a criação de um mecanismo eficiente para desenvolver planos a longo e curto prazo; e a criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, brasileiros, cujo treinamento e experiência os capacitem a levar avante, para o Ministério, o planejamento em bases contínuas e progressivamente mais adiantadas.

c) A Diretoria do Ensino Superior, em virtude de delegação concedida pelo Conselho Federal de Educação, auxiliada por equipe de especialistas, vai dar assistência permanente às Universidades e Escolas isoladas, estabelecendo-se visitaçao periódica e amiadada, de grande alcance e relevância para o progresso do ensino superior.

d) O Estatuto do Magistério está em fase final de elaboração, fixando a carreira do professor, marcando-lhe vencimentos condignos, estabelecendo o tempo integral, a carreira do pesquisador, e fixando direitos e deveres.

Temos, assim, esboçada a formação segura das nossas Universidades, que se vem processando sem promoções pessoais, sem promessas vazias de realidade, e com a finalidade única de termos, de fato, Universidade, estabelecida de conformidade com a realidade brasileira.

Não poderá o Ministério da Educação, entretanto, fazer tudo sozinho, sem professores e sem os estudantes colaborando, e isto precisa ficar bem expresso e se deseja que se proclame.

Aos estudantes o Ministro se tem dirigido em várias oportunidades e sempre se entenderá com eles. O entendimento principal, entretanto, básico para a existência universitária, deverá processar-se entre o professor e o aluno, e já agora, neste como nos outros pontos lembrados, não há mais tempo para se perder, sem ser submetido o Brasil a graves riscos e perigos, cabendo ao mestre e aos que administram escolas, faculdades e universidades, os encargos mais pesados e as responsabilidades maiores. Os inimigos da democracia não cometem o mesmo erro duas vezes, e esta lição há de nos ser proveitosa, se quisermos defender a nossa liberdade.

Com os meus agradecimentos e com a afirmação, que renovo, da minha confiança, termino acrescentando que por aquilo que os moços fizerem amanhã a responsabilidade caberá a nós, professores de hoje. A mocidade está inquieta e não se trata da inquietude natural dos moços. A juventude sente que os valores estão sendo substituídos, e nós sabemos que isto é natural, até alcançarmos, de novo, época estável de existência social. E como sabemos disso, não devemos esquecer que o privilégio de orientar a mocidade nos impõe deveres pesados e honrosos, que cumpriremos se juntarmos todos os atributos do professor, inteligência, descortino, espírito público, competência, dedicação, autoridade, austeridade e bondade, e decisão de sacrifício.

Fortaleza, 24 de junho de 1965.

FLAVIO SUPPLY DE LACERDA
Ministro da Educação e Cultura

LEI Nº 4.464 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964

Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dà outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1* Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantis;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; e
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D. A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
 - b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
 - c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
 - d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.
- Parágrafo único. VETADO.

Art. 3.º Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;

b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade.

§ 1.ª A representação a que se refere a alínea b deste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2.º A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de Um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.

Art. 4.º Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1.º desta Lei.

Art. 5.º O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1.º Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2.º A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3.º O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 4.º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6.º A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:

a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo e'egível apenas o estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;

b) realização dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;

c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;

d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;

e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;

f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade;

Parágrafo único. A mudança para regime parcelado, troncamento de matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

Art. 7º O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8º A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6º c seu parágrafo único.

Art. 9º A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.

Parágrafo único. O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de frequência.

Art. 10. O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preceitos gerais desta Lei.

§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2º O Diretório Nacional de Estudantes será constituído de um representante de cada Estado, Território e Distrito Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais, e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3º O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer época por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministro da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Art. 11. Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta **Lei**.

Art. 12. As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhes competem.

§ 2.º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o art. 15, sendo que a não aprovação das mesmas, se comprovado o uso intencional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13. Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhados de parecer.

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15. A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Congregação ou ao Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16. O regimento de cada Faculdade ou Escola e o estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo único. Quando a matéria for relativa ao previsto no § 2º do art. 73 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão de Faculdade ou Escola deverá ocorrer:

- a) no prazo de dez dias, em se tratando de não-comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;
- b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não-cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento.

Art. 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei n.º 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário,

Brasília, 9 de novembro de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

H. CASTELO BRANCO

Flavio Lacerda

DECRETO Nº 56.241 — DE 4 DE MAIO DE 1965

Regulamenta a Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispõe sobre os órgãos da representação dos estudantes e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior deverão remeter ao Conselho Federal de Educação, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após a vigência deste Decreto, os seus Estatutos e Regimentos devidamente adaptados, na forma do art. 19 da Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Art. 2.º Os Reitores de Universidades e os Diretores de estabelecimentos isolados de ensino superior, findo o prazo referido no artigo anterior, deverão comunicar ao Ministro da Educação e Cultura, por telegrama, o encaminhamento dos Estatutos e Regimentos, devidamente adaptados, ao Conselho Federal de Educação.

Art. 3.º O Conselho Federal de Educação deverá manifestar-se sobre os Estatutos ou Regimentos, respectivamente, das Universidades e estabelecimentos de ensino superior, com as adaptações feitas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento, transmitindo, nesse prazo, o seu parecer ao Ministro da Educação e Cultura.

Parágrafo único. No caso de o Conselho Federal de Educação negar aprovação ao Estatuto ou Regimento por não considerá-lo devidamente adaptado na forma da lei, o Ministro da Educação e Cultura concederá à Universidade ou ao estabelecimento de ensino superior o prazo de 15 (quinze) dias para processar a correção que se impuser.

Art. 4.º Serão destituídos os Diretores que não observarem ou não fizerem observar os prazos fixados neste Decreto e o Conselho Federal de Educação intervirá nas Universidades que não tiverem observado as presentes normas ou prazos fixados neste Decreto.

Art. 5.º Para as primeiras eleições dos órgãos de representação estudantil, referidos na Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, não será exigida a aprovação prévia dos Regimentos desses órgãos.

Art. 6.º Os órgãos de representação estudantil deverão remeter, até 30 (trinta) dias depois de empossados os Diretórios, os seus Regimentos às autoridades previstas no art. 15 da Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Parágrafo único. A aprovação desses Regimentos pelos órgãos indicados na lei deverá ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento.

Art. 7.º Os órgãos de representação estudantil terão a sua representação suspensa junto aos órgãos de deliberação coletiva das Universidades e estabelecimentos de ensino superior se não apresentarem os seus Regimentos no prazo fixado pelo artigo anterior, ou se não obtiverem a aprovação deles.

Art. 8.º Para ser dado início ao cumprimento das eleições previstas na Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão observadas as seguintes normas:

a) No dia 16 de agosto do corrente ano deverão ser realizadas as eleições para a constituição dos Diretórios Acadêmicos, obedecidos os preceitos da lei, sendo eleitos um Presidente e 5 (cinco) membros, que deverão tomar posse no dia imediato;

b) No mesmo dia 16 de agosto, em cada Universidade, ao mesmo tempo em que se constituem os Diretórios Acadêmicos, serão eleitos os Diretórios Centrais de Estudantes, constituídos de um Presidente e um representante de cada Faculdade ou Escola integrante;

c) A convocação para as eleições dos Diretórios Acadêmicos e dos Diretórios Centrais de Estudantes deverá ser feita, respectivamente, pelo Diretor do estabelecimento e pe o Reitor da Universidade mediante editais afixados, nas Faculdades, 20 dias antes das eleições, esclarecendo normas e horários.

Art. 9.º No dia 30 de agosto do corrente ano, obedecidos os preceitos da Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, deverão ser eleitos os Diretórios Estaduais de Estudantes, constituídos de um Presidente e de 19 (dezenove) membros.

§ 1.º A convocação para as eleições dos Diretórios Estaduais de Estudantes será feita diretamente pelo Conselho Federal de Educação ou por autoridade delegada, devendo o Conselho Federal de Educação comunicar ao Ministro da Educação e Cultura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, quais as autoridades a quem haja delegado poderes, nos Estados.

§ 2.º As atuais associações de estudantes de âmbito estadual que desejarem ser órgãos de representação estudantil, de acordo com a Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, comunicarão a sua resolução ao Conselho Federal de Educação ou à autoridade delegada do Estado, dentro do prazo de 45 dias, devendo o processo eleitoral ter a participação das diretorias das mencionadas associações.

Art. 10. Os Diretórios Estaduais de Estudantes eleitos deverão tomar posse no dia imediato à eleição e deverão remeter, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Conselho Federal de Educação o seu Regimento, para aprovação, fixando, nesse Regimento, a sua composição definitiva, a qual passará a vigorar após o término do seu mandato.

Art. 11. Os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais de Estudantes, eleitos na forma da lei e das disposições deste Decreto, poderão, nos Regimentos que elaborarem, alterar a sua composição, a que passará a vigorar após o término do seu mandato.

Art. 12. Eleitos os Diretórios Estaduais de Estudantes, o Ministro de Educação e Cultura convocará os seus Presidentes, para constituírem o primeiro Diretório Nacional de Estudantes.

Art. 13. O Conselho Federal de Educação enviará ao Ministro da Educação e Cultura, findos os prazos fixados neste Decreto, os nomes dos Reitores de Universidades ou de Diretores de estabelecimentos de ensino superior que não tiverem dado integral cumprimento aos dispositivos estabelecidos.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de maio de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

H. CASTELO BRANCO

Flavio Lacerda

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1955

EDGARD SOUZA AGUIAR VIEIRA

DISCURSO

PRONUNCIADO

*NO TEATRO MUNICIPAL PELO ORADOR DA
TURMA DE BACHARÉIS DE
CIÊNCIAS E LETRAS DO COLÉGIO PEDRO II,
EM 29 — 12 — 1956*



RIO DE JANEIRO — 1957

Ainda outro dia entrávamos pela primeira vez naquele velho casarão da Rua Larga para prestar os exames de admissão. Depois vinha a alegria de saber-nos aprovados, a compra do uniforme e pouco a pouco íamos nos integrando no ambiente colegial, que nos recebia com alegria e curiosidade.

— "Como serão os bichos desse ano?"

Um ano, mais outro e certo dia, sem que tivéssemos percebido, verificávamos com surpresa que já fazíamos parte do colégio.

Nós que há três ou quatro anos ainda vestíamos a farda aqui de peninha na gola, agora nos formamos, deixamos nosso colégio, vamos para as faculdades. Vamos adiante sem, contudo, esquecermos essa casa em que passamos nossa juventude, em que aprendemos, senão, tudo, pelo menos o mais essencial do que nos ensinaram. Vamos para a frente com a certeza que nunca encontraremos amigos como os que lá tivemos, nunca encontraremos ambiente como o que lá encontramos, nunca acharemos, por mais que procuremos, um colégio igual ao nosso Pedro II.

Foi nele que me encontrei a mim próprio- Foi nele que floresceu a minha personalidade e que aprendi a pensar, a estudar, a fazer as coisas com segurança; foi nele que cons-

truí um ideal e me dispus a persegui-lo, a buscá-lo com todas as minhas forças morais e intelectuais. No colégio Pedro II, enfim, comecei o que poderei chamar de realização completa do meu ser.

Somente quem já pertenceu a outro colégio pode compreender o que disse há pouco sobre o nosso, pois seus alunos são como os passageiros de um esplêndido vapor que não vêem o seu navio porque olham sempre para o horizonte, sempre para cima e para o alto, na busca incessante do novo e do melhor. Porque um aluno do Pedro II, por pior que seja, não aceita o comodismo fácil da rotina, das idéias e das teorias consagradas sem raciocinar ou experimentá-las. Esta é a força de cada um de nós, força que nos é comunicada pelo próprio espírito do colégio, enriquecido através de anos de existência, por tantos homens de valor que nele se preparam para a vida. força que nos faz construir grandes coisas dentro do colégio, ou, mais tarde, fora dele. força que tempera nossos caracteres, nossa vontade, guiando-nos através dos caminhos agitados do mundo moderno, por entre aqueles que não sabem onde pisam ou para onde vão, pois nem têm consciência do que são.

Colegas, mais tarde, quando tiverdes vivido mais alguns anos, sentiréis, então, saudades do nosso colégio. E acharéis estranho como pode existir ainda uma instituição como esta, como podem existir tão bons colegas e professores tão amigos, que com persuasão e paciência, com a verdade científica nos ensinam a viver.

Eu vos afirmo, mais uma vez, colegas, sentiréis saudades e lamentareis, então, as vossas aprovações nos exames, pois

gostariéis de ter ficado mais tempo nesse inesquecível Pedro II.

Pedro II de cento e dezenove anos de existência, desde aquele 2 de dezembro de 1837, que foi como seu patrono, um exemplo de luta pela cultura no Brasil. Pedro II de inesquecíveis recordações para cada um de nós; recordações umas boas, outras não tanto, mas que sempre nos alegram porque são recordações de nossa vida de estudantes secundários, de jovens exaltados e idealistas que, todavia, nem sempre sabiam dirigir o seu entusiasmo. Pedro II onde recebíamos lições de democracia e de igualdade- Pedro II onde se misturam jovens brasileiros de todas as raças, credos e religiões e de todas as camadas sociais. Pedro II que nos ensinava a ser mais brasileiros pelo contacto diário com os colegas, vendo os seus problemas e as suas soluções, conhecendo de perto todos aquêles que formam a mocidade de nosso país. Pedro II, onde aprendemos o que é liberdade, porque liberdade, colegas, é uma palavra de significado vago, compreendida por poucos, pois raros são os que se podem dizer verdadeiramente livres-

Livres não como aqueles que passam pela vida destruindo e insultando, que esses vão presos dentro de si mesmos. Presos por sua alma sem alegria, sem vontade de viver, presos por sua existência sem sentido, presos por sua incapacidade de amar e achar belas as coisas; enfim presos, paradoxalmente presos, por sua própria iconoclastia, que os reduz à mais triste escravidão: a escravidão que levam dentro do peito.

Não são livres esses que pensam que liberdade é sinônimo de indisciplina, são apenas rebeldes, e rebeldes sem causa. "Rebels without a cause" como bem foram definidos

por certo filme que há pouco assistimos. A versão deste título foi a mais feliz possível: «Juventude Transviada», pois que transviados são todos aqueles que vivem sem ordem e sem lei, fazendo do impulso do momento o seu senhor e o seu Deus.

Diz Alexis Carrel que 'todos provam o desejo de viver segundo a sua fantasia. Esse desejo é inerente ao homem; mas nas nações democráticas, se exacerbou estranhamente e acabou por adquirir uma intensidade verdadeiramente mórbida". E é nessa exacerbação que reside o erro de todos esses que faltam com seus deveres na ilusão de que, por serem livres não têm de fazer senão o que suas paixões lhes ditam. Esquecem que toda a nossa civilização foi construída por homens e mulheres que souberam ser fiéis ao seu Deus e à sociedade, que não hesitaram em trabalhar arduamente e impor a si mesmos uma digna e bela submissão, que assim compreendida não é servidão, mas liberdade- Pois no dizer de Saint Exupery "ser livre não é ser sozinho, mas saber dirigir sua vontade e subordiná-la a um dever, a uma missão pela qual nos ligamos aos nossos semelhantes e nos libertamos das cadeias do egoísmo individualista para construirmos uma obra eterna. Obra que é o dever, a tarefa a cumprir, o ideal que devemos sempre buscar mesmo que este seja inatingível pois o que vale é lutar e não somente vencer. Lutar mesmo que a luta só sirva como exemplo para encorajar os que nos seguirem. E é o próprio Saint Exupery quem nos dá o exemplo de um homem verdadeiramente livre, tendo dedicado toda sua vida a seu dever, a sua missão que era para êle o que de mais sagrado existia sobre a terra. Sua submissão ao correio aéreo era a própria razão de sua existência, o ideal

ao qual dedicou todos os seus esforços e toda a sua vontade; porém o que fêz em benefício da humanidade foi o bastante para encher e dignificar toda a sua vida. Êle sim era um homem livre, porque não temia ser reduzido à escravidão; levava a liberdade dentro do seu próprio ser.

Compreendera que a disciplina é necessária à organização da sociedade e que sua aceitação voluntária é uma forma de libertação a que chegamos pela disciplina interior, tão esquecida pelos jovens de hoje em dia.

Carrel conclui tristemente: "As gerações novas ignoram mesmo que tal disciplina tenha jamais existido. Moderação, honra, verdade, responsabilidade, pureza, domínio de si mesmo, amor ao próximo, heroísmo, são expressões absoletas, palavras desprovidas de sentido que fazem os jovens sorrir". E isso infelizmente é verdade.

Não é no entusiasmo nem no estouvamento naturais da mocidade que se encontra o erro. O erro está na exacerbação desse próprio entusiasmo que gera a irresponsabilidade, que infelizmente brota nesse meio por culpa da falta de disciplina e da supremacia errônea das paixões sobre a razão-

Por isso devemos evitar esses defeitos e abraçar um dever, uma missão com a qual nos possamos eternizar, e que levemos adiante, com o fim último de resolver os problemas que ora afligem nossa civilização.

Nós que tivemos a felicidade de estudar no Colégio Pedro II e que dele recebemos força oculta que nos faz olhar para o alto e enfrentar com coragem a sociedade, nós que tivemos a ventura de receber essa energia que emana *âas*

próprias salas de nosso colégio, como que vinda diretamente de seu patrono e dos grandes vultos que nele estudaram e já passaram para a eternidade, devemos portanto ser os pioneiros da batalha pelo entendimento universal e pela resolução dos problemas humanos tão menosprezados hoje em dia. A geração que nos precedeu, dedicando-se inteiramente ao desenvolvimento técnico das ciências aplicadas, esqueceu esses problemas. E por isso, nossa civilização sente, agora, a ameaça terrível de uma terceira guerra mundial, fruto infeliz da incompreensão e do egoísmo dos homens. O progresso material que ora experimentamos, apesar de representar um grande passo para diante de um digno produto do estudo e da inteligência humana, não é suficiente para salvar nossa civilização e nossa cultura do extermínio total- Tem, ao contrário, desviado a atenção da humanidade para si, deixando destarte, abandonados todos os problemas primordiais da conduta e da natureza humana. Desde a Renascença e do chamado iluminismo, o homem em si, tomado sob o ponto de vista subjetivo, muito pouco se desenvolveu. O progresso técnico, com a emoliente doçura da vida moderna, contribuiu para o relaxamento das normas e dos hábitos que vinham regendo a existência de nossos antepassados há centenas de anos. Ao invés de atualizarmos essas normas de conduta, tudo o que fizemos foi jogá-las fora, desfazendo-nos assim de precioso legado que fora arquitetado através de séculos de experiência duramente adquirida com reveses e batalhas.

Portanto, colegas, mais uma vez vos repito, nós que recebemos do Colégio Pedro II essa chama sagrada de von-

tade e perseverança, *devemos nos entregar de corpo e alma aos problemas do espírito*, a exemplo do que fizeram no passado os dessa casa. (bravos)!

Àqueles que preferem as ciências aviso que também há no futuro um lugar de destaque para suas especialidades, pois, sem a ciência o homem também se veria perdido e desorientado. Da observação e do estudo é que nos vem a luz, portanto, desde que não deixemos de lado os problemas já citados, temos também grandes tarefas a enfrentar e grandes incógnitas a resolver em todos os ramos do saber humano. A Física nuclear somente há pouco permitiu que se levantasse uma ponta do véu de mistério que ainda a ocultava ao nosso conhecimento. É um campo vasto e fascinante e com imensas possibilidades para todos. A utilização pacífica da energia nuclear nos apresenta perspectivas amplas e magníficas, nunca antes sonhadas pelo homem. O mesmo acontece com a utilização da energia solar, que com exceção da atômica é, direta ou indiretamente, a fonte primária de toda a energia existente na superfície de nosso planeta.

A Química, do mesmo modo, vê dia a dia, o seu campo aumentado, seja com o estudo dos isótopos radioativos, seja com o fascinante mistério da fotossíntese que polariza as atenções do mundo por suas possibilidades de uso no combate à fome. A Medicina, seja com o estudo da fisiologia e de seus outros vários ramos, seja com a psicologia, serve para mostrar-nos a grandiosidade e a magnificência do próprio ser humano sob todos os seus aspectos, contribuindo assim para melhor compreensão dos problemas a que me referi há pouco.

Porém tudo isso será inútil se não tratarmos do problema do homem, se descurarmos dele os físicos só farão bombas atômicas, os químicos produzirão toda sorte de explosivos e gases venenosos, os médicos desenvolverão a guerra bacteriológica e os psicólogos ficarão perdidos no meio de uma multidão de neuróticos e psicopatas, resultado inevitável da corrida armamentista, da guerra fria e da agitação da moderna vida em sociedade.

Os homens trabalharam e construíram muito. Já é tempo de pararem para descansar e pensar no que fizeram-

Hoje é o dia em que acabamos o nosso curso e entramos em contacto direto com a sociedade. Devemos, pois, tomar uma resolução definitiva e acertada sobre os problemas de nosso país, e da humanidade.

Hoje é o tão esperado dia que carinhosamente construímos durante sete anos de estudos e de trabalhos, sete anos em que tudo sacrificamos por nosso ideal, talvez ideal-plataforma para novas conquistas, mas sempre ideal. Ideal que, possivelmente, de vez em quando tenhamos esquecido, mas que se mantinha latente em todos nós, em todos os momentos e em todas as horas, mormente nas mais difíceis: nas horas de prova e nas de estudo, nas de dúvidas e indecisões. . . Ideal que mesmo sem que notássemos, nos levava para a frente, nos encaminhava para a verdade, nos mostrava o caminho reto e honesto que devemos sempre seguir.

Por isso, meus colegas, esse dia de hoje é um dia singular, sendo presente, pertencendo ao passado por não ter deixado nem um só momento durante nosso curso e cuja lembrança

levaremos sempre conosco para todo o futuro- O dia de hoje é um dia sem medidas de tempo, é um dia vasto, um dia de vibração que sintetiza todos os nossos ideais de jovens petrosesecudenses. Não nos pertence, pertence à sociedade que nos aguarda com ansiedade e alegria, certa de que encontrará em nós, seguidores dos grandes vultos que sempre honraram o nosso colégio padrão. Padrão pelo estudo e pela disciplina, padrão enfim pela fraternidade que une toda essa grande família, que hoje deixamos.

Colegas! Olhemos para trás e ver-nos-emos ainda de fardinha da primeira série ginasial. Fitemos, agora, o futuro para bem compreendermos o quanto devemos ao nosso querido e inolvidável Colégio Pedro II. Foram sete anos de ensinamentos básicos que jamais esqueceremos e que nos servirão por toda a vida, constituindo a base de nossa personalidade, e de nossa cultura humanística. Foi a nossa própria existência que modelamos nesses sete anos de estudos, foi nosso próprio ego que construímos orientados por nossos mestres, nossos inspetores e mesmo nossos colegas. Sete anos em que tivemos ensino gratuito, a nós proporcionado pelo Estado. Ensino gratuito esse que deveria ser dado a todos os jovens brasileiros pois significa o próprio progresso da nação e da coletividade .

Diz a Bíblia que "sete anos de pastor Jacó servia por amor a Raquel". Nós também nos preparamos durante sete anos para podermos servir à Pátria e à Humanidade.

À Pátria que ela bem necessita e merece e à Humanidade, que afinal somos todos irmãos.

EXPANSÃO... OU DISSOLUÇÃO?

DISCURSO DE POSSE

DE

ANÍSIO TEIXEIRA

NO INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

n

CUMPRE-ME reconhecer, antes de mais nada, Senhor Ministro, a honra que me fizeram o Senhor Presidente da República e Vossa Excelência confiando-se a responsabilidade do Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos, quando este perde o seu jovem e diligente diretor, o Dr. Murilo Braga, vitimado em lamentável catástrofe aérea, no cumprimento de missão do seu cargo.

Devo declarar, entretanto, que aceito o encargo, acima de tudo, como uma imposição do dever. Sou dos que pensam que estamos vivendo uma hora de aguda premência e de grandes exigências da vida nacional, em que nenhum de nós pode e deve recusar a investidura para que o convoquem as circunstâncias, de vez que se nos reconheçam (ou presumam) condições de especialização e experiência para o seu desempenho. E aqui estou, convocado pela amizade com que me distingue Vossa Excelência, pela confiança com que se dignou de honrar-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República e pelos longos anos de preocupação que tenho dedicado aos problemas de educação no Brasil.

Épocas, como a nossa, já têm marcado a humanidade, nas suas transformações históricas; mas, não creio que, em nenhuma delas, como na atual, tenha havido uma consciência tão viva de transição e perigo.

Esta consciência de perigo está ameaçando imobilizar-nos numa posição de apatia, ante a vastidão e complexidade das mudanças em curso e é contra isto que se ergue a nossa própria noção de dever, para obrigar-nos a aceitar o posto — seja qual fôr — na batalha sem fim pelo desenvolvimento, vale dizer, pela integração e recuperação, nos seus novos aspectos, dos valores morais e espirituais de nossa civilização.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com o seu rói de conseqüências em nosso modo prático *de*viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira.

Entre as mudanças da ordem tradicional ocorridas, como efeitos de tal causa, em nações avançadas no caminho dessa ampla e intensiva industrialização, nem tudo, convém notar, foi e está sendo progresso moral, progresso social, em proporção dos progressos materiais realizados e do aumento de poder alcançado. Certos inconvenientes são manifestos e não devem ser desprezados, numa observação imparcial, para que os evitemos, si possível, ou, ao menos, os atenuemos: a perda de senso de comunidade, a exaltação dos propósitos individuais ou de grupos, a indiferença ou descaso pelos códigos morais, o gosto pela excitação vazia, sinão prejudicial — em detrimento dos valores mais finos e altos da civilização.

Mas, enquanto, alguns desses povos avançados, começando mais cedo, ainda nos vagares do século dezenove, que, a rigor, se estende até 1914, puderam realizar a imensa tarefa da educação popular pela escola, deparando-se, agora, com o problema da revisão, redireção e refinamento dessa instituição, não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, e já as contingências de crescimento nos estão a pedir medidas e instituições como as das leis do trabalho urbano e rural — que deviam assentar em um robusto e consistente sistema de educação pública. Temos, assim, de realizar, simultaneamente, as «reformas de base», inclusive a reforma agrária, e o sistema universal de educação que não chegamos a construir até hoje, já no meiado do século vinte.

uma das conseqüências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados.

Se esse fenômeno, em nações de sólida estabilidade, tem-se revelado causa de profundos desequilíbrios, que não poderá se verificar aqui, com essa súbita concentração da população ineducada nas cidades em crescimento e a onda de mobilidade a percorrer todo o país, desperto, pelos novos meios de comunicação material e mental, para uma nova e indisfarçável inquietação?

Todos estamos a ver ou sentir o estado de confusão e de crise em que estamos imersos, que não é só o da crise geral de todo o mundo, mas esta mesma crise, já de si seria, tornada mais grave pela tenuidade de nossas instituições e pela impaciência insofrida com que as estamos expandindo, sem cuidar da reconstrução do existente nem de dar, ao novo, as condições de eficiência ou eficácia que os novos tempos estão a exigir.

Tudo isso vem resultar na imposição ao sistema de educação nacional de novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos. com efeito, não podemos olhar para a escola, hoje, como se fosse ela apenas aquela pacífica e quieta instituição, que crescia, paralelamente à civilização, nas mais das vezes com um retardamento nem sempre prejudicial sobre as suas mudanças, mas, sempre, cheia de vigor e rigor moral e até, não raro, excessiva em sua preocupação de formar e disciplinar o futuro homem. Hoje, no atropelado do crescimento brasileiro e no despreparo com que fomos colhidos pelas mudanças, a própria escola constitui um mau exemplo e se faz um dos centros de nossa instabilidade e confusão.

O tumulto de forças, deflagradas pelas nossas transformações sociais, fez, com efeito, do campo educacional o campo preferido para a projeção de sua ação desordenada e contraditória, com a exacerbação de certos defeitos crônicos do ensino nacional, a supressão dos freios e resistências, que antes nos impe-

diam improvisações demasiado perigosas, e o envolvimento de tudo em certa simulação técnico-científica, muito característica do período confuso em que vivemos — simulação que, no fundo e na realidade, não passa de uma rígida e pouco inteligente burocratização.

Examinemos, com efeito, embora rapidamente, o panorama de nosso ensino.

O ensino brasileiro, por isto mesmo que era um ensino quasi que só para a camada mais abastada da sociedade, sempre tendeu a ser ornamental e livresco. Não era um ensino para o trabalho, mas um ensino para o lazer.

Cultivava-se o homem, no melhor dos casos, para que se ilustrasse nas artes de falar e escrever. Não havia nisto grande erro, pois a sociedade achava-se dividida entre os que trabalhavam e não precisavam *educar-se* e os que, se trabalhavam, era nos leves e finos trabalhos sociais e públicos, para o que apenas requeriam aquela educação.

Quando a educação, com a democracia a desenvolver-se, passou a ser não apenas um instrumento de ilustração, mas um processo de preparação real para as diversas modalidades de vida da sociedade moderna, deparamo-nos sem precedentes nem tradições para a implantação dos novos tipos de escola. Cumpria criar algo em oposição a tendências viscerais de uma sociedade semi-feudal e aristocrática, e para tal sempre nos

revelamos pouco felizes, exatamente por um apego a falsas tradições, pois não creio que se possa falar de «tradições» coloniais, escravocratas, feudais num país que se fez livre e democrático.

De qualquer modo, a nossa resistência aos métodos ativos e de trabalho sempre foi visível na escola primária, que, ou se fazia escola apenas de ler, escrever e contar, ou descambava para um ensino de letras, com os seus miúdos sucessos de crianças letradas. No ensino chamado profissional, entretanto, é que mais se revelava a nossa incapacidade para o ensino prático, real e efetivo. Este ensino, por que não podia se confinar ao livresco e verbalístico, não vingava e constituía um espetáculo penoso de instituições murchas e pecas. Só o ensino secundário prosperava, porque aí as tendências nacionais julgavam poder expandir-se, sem a consciência penosa de uma frustração. O ensino superior, embora todo êle de objetivos profissionais, mascarava o seu real academicismo com umas fantasias experimentais menos concretas do que aparatosas.

Todo o ensino sofria, assim, dessa diatese de ensino ornamental: no melhor dos casos, de ilustração e, nos piores, de verbalismo ôco e inútil.

A luta contra esse tipo de ensino sempre foi, entretanto, vigorosa, mesmo ainda no tempo da monarquia, recrudescendo vivamente na república. uma parte culta e mais lúcida do país tinha perfeita consciência do fenômeno e, nos centros que mais se adiantavam, como em S. Paulo e no Rio, o esforço por uma verda-

deira escola primária, por escolas profissionais autênticas e por escolas superiores eficientes e aparelhadas, chegou a alguns resultados apreciáveis. Não esqueço nunca a saudável impressão' que me causou, em S. Paulo, ver ginásios decadentes e escolas profissionais vivas e prósperas.

Nos fins da década de 20 a 30, parecia, assim, que estávamos preparados para a reconstrução de nossas escolas. A consciência dos erros se fazia cada vez mais palpitante e o ambiente de preparação revolucionária era propício à reorganização. O país iniciou a jornada de 30 com um verdadeiro programa de reforma educacional. Nas revoluções, como nas guerras, sabe-se, porém, como elas começam mas não se sabe como acabam.

A primeira fase daquela jornada caracterizou-se por ímpeto construtivo e por um esforço singular pela recuperação da escola, sem perda da prudência, que uma longa consciência de nossa pobreza em recursos humanos nos havia inculcado. Menos do que expansão quantitativa, lutamos por melhorar a qualidade de nossas escolas. Todo o movimento era pela reforma de métodos e pela implantação de novos tipos de educação. Surgiu a universidade. Ensaaiou-se um ensino médio flexível, com a integração do ensino geral com o técnico no Distrito Federal. A escola primária recuperou prestígio e deu-se início à reforma dos seus objetivos e processos de ensino. A vinda de professores estrangeiros para as novas escolas superiores, em S. Paulo e no Rio, era uma nota corajosa e promissora.

Em meio a tudo, o país crescia, aumentando as exigências em matéria de educação e tornando mais difícil a resistência às tendências improvisadoras, que se avolumavam em face da própria expansão nacional.

Numa segunda fase, a reação e um confuso tradicionalismo infiltraram-se, com pertinácia e não sem êxito, trazendo para a educação resultados paradoxais. O estado de espírito defensivo, que se apoderou da sociedade brasileira, interrompeu aquele ímpeto renovador. Afrouxaram-se as suas resistências ao que, embora aparentemente tradicional, já se mostrava à melhor consciência do país prejudicial à sua formação e ao seu progresso. Houve uma espécie de livre passe indiscriminado para tudo que fosse ou se rotulasse de tradicional e uma vigorosa hostilidade a tudo que fosse o parecesse ser novo. E a educação — que fora sempre o setor mais sensível para a luta entre o novo e o velho — constituiu-se o grande campo para a derrota do que já havia de melhor no país em resistência e espírito de reconstrução. Entramos em uma fase de condescendência para com os defeitos nacionais, que raiou pela inconsciência. Confundimos dissolução com expansão.

Na escola primária — que era a melhor escola brasileira, apesar de todos os pesares — a redução dos horários e a volta aos métodos tradicionais transformaram-na em *má escola* de ler e escrever, com perda sensível de prestígio social, eficiência e alcance, decorrente de não se haver articulado com o ensino médio e superior e de não mais satisfazer às necessidades mínimas de preparo para a vida.

A escola secundária multiplicou-se, quasi diríamos. ao infinito. Como escola de *passar de uma classe social para outra*, fez-se a «escola» brasileira. Aí é que a exacerbação de uma falsa filosofia de educação e todos os velhos defeitos de nossa pedagogia passaram a reinar discricionariamente. Como a primária, organizou-se em turnos, reduzindo o período escolar a meio dia e, à noite, a um terço de dia. Improvisou professores. Sem sequer possuir a modesta pedagogia da escola primária, não a inquietou nenhuma agulhada de consciência na prática dos métodos mais obsoletos de memorização. da simples imposição de conhecimentos inertes e do formalismo das notas e dos exames. Fez crescer uma indústria de livros didáticos fáceis e fragmentados, «*de acordo com o programa*» e reentronizou o *passar no exame* como finalidade suprema e única da tortura, meio jocosa meio trágica, que é o nosso atual ensino secundário. Num país em que a iniciativa privada foi sempre reticente ou apática, para tudo que custa esforços e não remunera amplamente, fez-se o ensino secundário um dos campos prediletos dessa iniciativa.

Mas, não fica aí a consequência da nossa perda de resistência aos imediatismos de povo sem verdadeiras e firmes tradições educacionais. Passamos agora a «facilitar» o ensino superior, estamos dissolvendo-o, que a tanto importa a multiplicação numérica irresponsável de escolas desse nível. Temos mais de 200 escolas superiores, mais de vinte faculdades de «filosofia», ciências e letras» e outras tantas faculdades de «ciências econômicas», isto para somente citar escolas de que não possuíamos nenhuma experiência até uns quinze anos pas-

sados. E os processos de «concessão» continuam, tudo levando a crer que o episódio do ensino secundário se vai repetir, no campo mais alto do ensino superior. O espírito é o mesmo que deu em resultado a inflação do ensino secundário: o espírito da educação para o exame e o diploma, do ensino oral, expositivo, com o material único dos apontamentos, nosso ridículo sucedâneo das sebentas coimbrãs.

Está claro que tal educação não instrui, não prepara, não habilita, não educa. Porque, então, triunfa e prospera? Porque lhe restam ainda duas saídas, sem esquecer a singular versatilidade brasileira, que nos torna capazes de passar por cima de deficiências educacionais as mais espantosas.

As duas saídas têm sido e são ainda: a alargada porta da função pública e as oportunidades também ampliadas da produção brasileira, uma e outras sem maiores exigências ou padrões de eficiência. com esse aumento quantitativo das chances de emprego, público e particular, e o baixo índice de produtividade do brasileiro, em qualquer dos dois campos, *pagamos* a nossa ineficiência, senão simulação educacional. É por àquele preço — parasitismo do emprego público e baixa produtividade, isto é, alto custo da vida — que conseguimos fechar o ciclo e impedir, deste modo, a rutura do equilíbrio. Enquanto o nosso crescimento quantitativo se fizer com a aceleração presente e a aceitação de elementos de qualquer ordem para o preenchimento das nossas necessidades impedir a exigência de melhores requisitos, os serviços educacionais brasileiros continuarão a ser o que são, ajudados pela válvula de segurança

do emprego fácil para os seus produtos de segunda ordem.

Há, entretanto, sinais de que estamos chegando a um momento crítico. O número de pseudo-educados já está transbordando das possibilidades de absorção. Isto já se evidencia, claramente, nos exames vestibulares das escolas superiores e nos concursos para cargos públicos e privados. Por outro lado, a produção, o comércio e as atividades técnicas superiores começam a dar mostras de inquietação. Há sintomas de uma mudança de atitude, que se revela, pelo menos, por três aspectos, a se refletirem na própria educação. No ensino secundário, pelo aperfeiçoamento voluntário e espontâneo de instituições que, escapando ao tipo corrente de competição, conseguem alunos e recursos suficientes para oferecer um dique ao desejo de educação fácil e formal. Tal não seria possível se também os pais não estivessem a sentir que já *há vantagem* numa educação de melhor qualidade. No ensino superior, por iniciativas sérias, tanto no ensino oficial quanto no particular, para a instauração de regimes novos, como em São Paulo e S. José dos Campos, de tempo integral para professores e alunos, e o início de um verdadeiro ensino universitário. Nada disto seria possível, nos moldes da atual burocratização do ensino, se as necessidades nacionais não se estivessem fazendo a tal ponto gritantes que só cumprir as exigências de uma fiscalização burocrática não basta, impondo-se tentames que em muito já as superam.

Do ponto de vista da indústria, assistimos a fenômenos dos mais impressionantes e esclarecedores. Está «Ia tomando a si o problema de formar o trabalhador

qualificado e especializado, com um sistema de ensino paralelo ao oficial e isento dos seus defeitos maiores.

Mas não nos iludamos. Todo esse mundo de candidatos reprovados nos vestibulares das escolas superiores e nos concursos de cargos públicos e de organismos para-estatais e privados constitui um mundo ludibriado pelas nossas escolas, que injeta na sociedade o veneno de suas decepções ou dos seus desajustamentos. São os frutos amargos do imenso sistema de frustração em que o ensino oficial e oficializado se vem constituindo.

Teremos, pois, de dar início a um movimento de reverificação e reavaliação de nossos esforços em educação. E é com este espírito, Senhor Ministro, que aceito a investidura com que me honra o Governo da República.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino.

Não podemos continuar a crescer do modo por que vamos crescendo, porque isto não é crescer, mas dissolver-nos. Precisamos voltar à idéia de que há passos e etapas, cronologicamente inevitáveis, para qualquer progresso. Assim é que não podemos fazer escolas sem professores, seja lá qual fôr o nível das mesmas,.

e. muito menos, ante a falta de professores, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro meio, escolas para o preparo de tais professores. Depois, não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isto estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das coisas. Como não temos escolas secundárias por nos faltarem professores, multiplicamos as faculdades de filosofia, para as quais, como é evidente, ainda será mais frizante a falta de professores capazes. Se não podemos fazer o menos, como havemos de tentar o mais? Para restabelecer o domínio deste elementar bom-senso, em momento como o atual, em que a complexidade das mudanças impede e perturba a visão, são necessários estudos cuidadosos e impessoais, de que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverá encarregar-se com o seu corpo de técnicos e analistas educacionais, mobilizando ou convocando também, se preciso e como for possível, outros valores humanos, onde quer que se os encontre.

Está já em curso no Congresso a lei complementar à Constituição, que traçará as diretrizes e bases da educação nacional. Essa lei básica não poderá deixar, dentro dos princípios constitucionais, de proceder a uma ampla e indispensável descentralização administrativa da educação, graças à qual este Ministério poderá retomar as suas altas e difíceis funções de liderança estimuladora e criadora da educação ao envez da atuação restritiva e rígida com que cerceia e dificulta, hoje, o desenvolvimento e a expansão das iniciativas e experiências novas, e limita e empobrece a força vivificadora da autonomia e do senso de responsabilidade. No novo regime, a ser implantado, de descentralização e liberdade com res-

ponsabilidade, dentro do quadro das bases e diretrizes da educação nacional, os instrumentos de controle e coordenação passam a ser os delicados instrumentos das verificações objetivas, dos inquéritos reveladores, da troca de informações e esclarecimentos, entre os educadores, nas conferências educacionais. Será um regime de sanções mais de opinião pública e de consciência educacional, a se criar no país, do que de atos de autoridade.

As funções do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deverão ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que este Ministério irá promover e encorajar todos os esforços úteis e todas as iniciativas saudáveis, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil.

Os estudos do INEP deverão ajudar a eclosão desse movimento de consciência nacional indispensável à reconstrução escolar.

A educação nacional está sendo, todos os dias, por leigos e profissionais, apreciada e julgada. Os métodos para estes julgamentos resumem-se, entretanto, nos da opinião pessoal de cada um. Naturalmente, os julgamentos não de discordar, mesmo entre pessoas de tirocinio comprovado. Temos que nos esforçar por fugir a tais rotinas de simples opinião pessoal, onde ou sempre

que desejarmos alcançar ação comum e articulada. Sempre que pudermos proceder a inquéritos objetivos, estabelecendo os *fatos* com a maior segurança possível, teremos facilitado as operações de medida e julgamento válidos. Até o momento, não temos passado, de modo geral, do simples censo estatístico da educação. É necessário levar o inquérito às *práticas educacionais* . Procurar medir a educação, não somente em seus aspectos externos, mas em seus processos, métodos, práticas, conteúdo e resultados reais obtidos. Tomados os objetivos da educação, em forma analítica, verificar, por meio de amostras bem planejadas, como e até que ponto vem a educação conseguindo atingi-los.

Cumprir-nos-á, assim e para tanto, medir o sistema educacional em suas dimensões mais íntimas, revelando ao país não apenas a quantidade das escolas, mas a sua qualidade, o tipo de ensino que ministram, os resultados a que chegam no nível primário, no secundário e mesmo no superior. Nenhum progresso principalmente qualitativo se poderá conseguir e assegurar, sem, primeiro, saber-se o que estamos fazendo.

Tais inquéritos devem estender-se aos diferentes ramos e níveis de ensino e medir ou procurar medir as aquisições dos escolares nas técnicas, conhecimentos e atitudes, considerados necessários ou visados pela escola.

Enquanto assim não procedermos, não poderemos progredir nem fazer recomendações para qualquer progresso, que não sejam de valor puramente individual ou opinativo. Este trabalho, pois, não será nenhum trabalho remoto e distante, mas parte integrante e pre-

liminar do programa de reconstrução de nossas escolas e revisão dos seus métodos. Não será por leis, mas por tais estudos, que daremos início à reforma do ensino, que todos anseiam mas temem, com fundado receio de que se transforme em mais uma experiência frustra de alteração de nomes ou de posição dos elementos no complexo da situação educacional.

Se conseguirmos, porém, os estudos objetivos que aqui sugerimos, e sobre eles fundarmos diagnósticos válidos e aceitos, não será difícil a elaboração dos métodos de tratamento e a indicação dos prognósticos. Os métodos de tratamento surgirão nos guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas, os quais constituirão livros experimentais de sugestões e recomendações, para a condução do trabalho escolar. Em complemento, deveremos chegar até o livro didático, compreendendo o livro de texto e o livro de fontes, buscando integrar nestes instrumentos de trabalho o espírito e as conclusões dos inquéritos procedidos.

com tal planejamento, estaremos prosseguindo o estudo objetivo da educação e lançando as bases de nossa ciência da educação. Uso esta palavra — ciência — com extremo cuidado, porque, entre nós, dela se vem abusando, como, não menos, da palavra técnica.

Esforçar-nos-emos por aplicar métodos objetivos e, quando possível, experimentais, mas tudo conduziremos com o sentimento profundo do caráter provisório do conhecimento mesmo quando ou, talvez, sobretudo, quando científico. A ciência não nos vai fornecer receitas para as soluções dos nossos problemas, mas o itinerário de *um* caminho penoso e difícil, com idas e voltas, ensaios e

verificações e revisões, em constante reconstrução, a que não faltará, contudo, a unidade de essência, de fins e objetivos, que estará contida não só na lei de bases e diretrizes, como na consciência profissional, que pouco a pouco se irá formando entre os educadores. Será por este modo que o Instituto pensa se deixar conduzir pelo método e espírito científico.

Temos um imenso campo de estudos, mas, o terreno de há muito vem sendo amanhado. Além dos levantamentos estatísticos e das descrições externas das unidades escolares, há precedentes de investigações mais sérias e o começo de elaboração de certas medidas. O primeiro período do INEP foi o de uma instituição de pesquisas sob a experimentada orientação de um dos nossos maiores profissionais de educação, o Dr. Lourenço Filho.

A maior parte, contudo, das práticas educacionais brasileiras está a reclamar maiores estudos. Quasi todos os instrumentos de medida estão por ser elaborados.

A tarefa é grande. Mas, para tarefas dessa ordem os ingredientes são a humildade e a fé. E isto creio que teremos todos os que já trabalham e os que vamos trabalhar no Instituto, pois a humildade advem-nos da precariedade de nosso conhecimento real das cousas do ensino no Brasil e a fé, de nosso amor por êle.

PRESIDENTE JOÃO CAFÉ FILHO

A CRISE BRASILEIRA
E
AS DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

INTRODUÇÃO À MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



1955

Senhores Membros do Congresso Nacional :

Ao desincumbir-me da atribuição privativa que a Constituição me confere, de remeter ao Congresso Nacional Mensagem "dando conta da situação do país e solicitando as providências julgadas necessárias", quero antes de tudo manifestar ao Poder Legislativo o alto apreço de que é merecedor.

A solenidade que hoje realizais tem um simbolismo que deve ser grato a todos os democratas, como ato de beleza cívica e como índice da normalidade do regime em pleno funcionamento.

Dirijo-me ao Congresso Nacional com uma satisfação tanto maior quanto, ao lado dos novos valores que o povo brasileiro enviou a esta legislatura, entre vós se encontram velhos companheiros de lides parlamentares, de cujo convívio guardo agradáveis recordações que reavivam em meu espírito as emoções do passado.

A CRISE POLÍTICA E MILITAR, A MORTE DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS E A ASCENSÃO DO NOVO GOVERNO

Apenas seis meses e alguns dias nos separaram da ocasião em que, perante o Congresso, prestei o juramento constitucional como Presidente da República. O fato não parece tão recente quanto o é na realidade. O conteúdo

e a intensidade dos acontecimentos deste período e dos graves episódios que o precederam foram de tal natureza que produziram uma noção diferente do tempo. As épocas difíceis afiguram-se mais longas. Os meses transpostos pelo atual Governo têm o peso de anos, tal a soma de encargos excepcionais que os assinalam. Ao fazer este balanço das tarefas executadas ou ainda a cumprir, tenho a sensação de quem realizou uma extensa jornada e as preocupações de quem se acha ainda em meio de uma árdua batalha.

Na reconstituição do ano de 1954, há um fato que inegavelmente sobreleva os demais: é a mudança de governo operada a 24 de agosto. Marca profunda e indelével foi deixada pelos sucessos que antecederam e seguiram àquela alteração nos postos de direção do país. De modo especial, a morte do Presidente Getúlio Vargas constituiu uma tragédia cuja repercussão sem precedentes traumatizou a nação e surpreendeu o mundo. Deves ter ainda bem vivos na memória aqueles dias de agitação e incerteza, a que não faltou a sombria perspectiva da guerra civil e do naufrágio das instituições.

O Brasil viu-se então diante da mais grave crise política e militar de sua história. Não cabe aqui a interpretação dos acontecimentos, cujas origens se relacionam com toda uma série de ocorrências e debates, cuja evocação não é necessária, pois certamente são fatos que permanecem nítidos na lembrança de todos.

A fase mais perigosa daquela conjuntura foi superada, felizmente, dentro da ordem e da lei. A sucessão presidencial, determinada pelo inesperado desaparecimento do Dr. Getúlio Vargas, operou-se instantaneamente, de modo natural e pacífico. Nem sequer houve um hiato

na vida do regime. como Vice-Presidente da República, eleito pelo povo, coube-me assumir o leme do Governo, naquela dramática emergência. Foi uma investidura resultante de um imperativo constitucional e em que se verificou a ascensão de um governo desvinculado de compromissos político-partidários.

Tal circunstância me deixou à vontade para tentar uma política de pacificação geral dos espíritos, justificada pelos difíceis encargos herdados da situação anterior. Abstendo-me de revolver o passado e reacender o facho das discórdias, não tenho senão exortado as forças vivas do país, especialmente as suas agremiações políticas, para que se congreguem na obra comum de regeneração. Até mesmo ao privar-se de escolher um líder no Senado e na Câmara, o Governo demonstrou a sua isenção, de par com a sua confiança no patriotismo dos ilustres e dignos membros do Congresso Nacional.

A CONDUTA DAS CLASSES ARMADAS, DAS forças POLÍTICAS E DO POVO

Ê justo consignar uma palavra sobre a conduta mantida, durante os momentos agudos da crise, pelas classes armadas, pelas forças políticas e pelo povo. De par com os propósitos de resguardar, acima de tudo, a ordem e a legalidade, os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica revelaram-se mais uma vez identificados com os mais sadios sentimentos públicos, em favor da recuperação moral e material do país. A desambição pessoal, com que se portaram, lhes conferiu uma autoridade isenta de qualquer motivo de suspeita ou crítica.

Por sua vez, as forças políticas, com a decisiva colaboração da imprensa, encontraram meios de evitar que suas divergências chegassem ao extremo, que pareceu iminente, de degenerar na desordem material e culminar no inglório desfecho de uma luta sangrenta entre irmãos. Para isto contribuiu decisivamente a atitude do povo brasileiro, mantendo-se, de modo geral, calmo e compreensivo, naturalmente a dominar os impulsos de nervosismo ou desespero suscitados pela crise. Os distúrbios ocorridos em seguida ao gesto trágico do Presidente Getúlio Vargas foram manifestações que não chegaram a constituir uma perturbação séria na vida nacional.

Deve-se mesmo admitir como animador o grau de maturidade política demonstrado pela nação, que logrou atravessar um período de tão suma gravidade, com a sua Constituição intacta e a ordem praticamente inalterada. A legalidade democrática no Brasil venceu o mais duro teste a que poderia submeter-se. Um país cujas instituições resistem a tão arriscadas provas tem certamente motivos para confiar nas reservas de civismo de suas elites e na boa índole de seu povo. Devemos recolher os ensinamentos que as horas de sofrimento e dificuldade nos têm ministrado.

MENSAGEM DE ESPERANÇA

No texto desta Mensagem haveis de encontrar passagens em que se descrevem sem retoque aspectos graves e negativos da realidade nacional. Não deveis estranhar esta franqueza. O primeiro passo para a solução dos problemas brasileiros é sem dúvida conhecer a verdade, em tudo aquilo que representa as aspirações e necessidades do país.

Esta orientação está longe de significar qualquer intuito pessimista e muito menos uma tendência para o alarmismo. Bem ao contrário, com a experiência e as informações que o exercício do mais alto cargo da República proporciona, faço questão, hoje mais do que nunca, de incorporar-me ao número dos que acreditam na capacidade de progresso do país.

Seria errôneo de minha parte preconizar como linha de conduta um otimismo exagerado, que a situação absolutamente não justifica. Deve-se mesmo reconhecer a necessidade de uma atitude de vigilância em face de perigos latentes que poderão transformar-se em ameaças concretas.

Mas, se é possível caracterizar com uma expressão o documento que ora entrego ao vosso exame, estimaria que o recebêsseis como u'a mensagem de esperança.

O GOVÈRNO E AS ELEIÇÕES

Está é a única Mensagem que me compete apresentar, como Presidente da República, ao Congresso Nacional. No próximo ano, quando se repetir a cerimônia de hoje, outro será o responsável supremo pelos destinos do país.

Tal circunstância serve bem para realçar a transitoriedade do atual Governo. Seu papel, conforme lembrei mais de uma vez, não abrange senão um período de transição. Todo o meu empenho tem sido no sentido de contribuir para que isto se realize de modo tranqüilo e feliz.

A nação é testemunha da conduta do Governo por ocasião das eleições de 3 de outubro do ano transato. Vós mesmos, Senhores Senadores e Deputados, estais a iniciar o desempenho de um mandato que conquistastes naquele pleito. Tendes elementos fornecidos pela própria

experiência para um julgamento da maneira como em todo o país procederam as autoridades federais, empenhadas em assegurar a liberdade das urnas e a exatidão na apuração dos resultados.

Prepara-se agora o Brasil para uma nova campanha eleitoral, em que deverá ser feita a escolha do meu sucessor na Presidência da República, além da renovação de alguns governos estaduais. Não há, nem poderia haver, de parte das autoridades federais, senão a firme resolução de proporcionar ao povo brasileiro as mesmas garantias de ordem e liberdade que distinguiram as eleições de 1954.

Esta afirmação não vai aqui em tom de promessa e muito menos como se traduzisse uma concessão ou um favor. Significa simplesmente a consciência de um dever indeclinável.

Não há razão para que, em torno da posição do Governo, diante do problema político-eleitoral, prevaleçam equívocos e incompreensões, fantasias e desconfianças. Nem se devem descobrir ameaças ou intenções camufladas onde não há senão apelos no sentido de aplacar ódios, superar divergências e somar forças dispersas, na defesa das instituições democráticas e dos interesses da coletividade.

Não é função do Governo apresentar ou impugnar candidatos. Tal missão compete aos partidos políticos, que estão funcionando regularmente. A tarefa natural do Governo é assegurar a boa prática do regime, através do respeito à Constituição e da estrita execução de seus preceitos. Exatamente dentro dessa ordem de preocupações, destituídas de qualquer sentimento pessoal ou partidário,

é que sobressai a conveniência de manter em alto nível, de preferência num clima de harmonia patriótica, a campanha da sucessão presidencial, conjurando deste modo os riscos de uma extrema divisão, na base do acirramento das paixões. Não vejo como se possa incriminar uma linguagem desse teor. O que seria estranhável é que o Governo estivesse a pregar ou promover uma política de discórdia.

Os homens de bem e de formação democrática, que se encontram em todos os partidos, têm idéias e interesses comuns a preservar. Ninguém de boa-fé poderia aconselhá-los a que se dividissem, quando na sua união é que repousará o fortalecimento do regime, com a cessação dos boatos e temores que tanto instabilizam e prejudicam a vida nacional.

Isento das paixões que muitas vezes afetam a capacidade de raciocínio, sente-se o Governo em condições de colocar os interesses gerais do país acima das pretensões de partidos, grupos ou pessoas. Suas exortações conciliatórias, motivadas, entre outras razões, pelo conhecimento direto e real das verdadeiras condições da grave crise política, econômica e financeira, não constituem senão o cumprimento de um dever de consciência e de patriotismo .

É impossível negar que o Brasil só teria a lucrar com o advento de uma era de paz e trabalho, em que a inteligência, as energias e o civismo de seus homens públicos se conjugassem no mesmo esforço de recuperação.

uma experiência de muitos anos demonstra que as disputas de caráter meramente personalista ou faccioso podem suscitar as mais vivas emoções, mas não têm trazido as soluções tão almejadas pelo povo brasileiro.

Ê certo que os debates e as competições indicam muitas vezes a vitalidade do regime. Mas isto não quer dizer que a democracia se caracterize única e forçosamente por uma luta sem tréguas. Ela também existe, com feição mais nobre e ação mais fecunda, através das combinações em que, nas horas de crise, o espírito de partido e os sentimentos individuais cedem diante de um interesse mais alto, que é o da coletividade. É nessas ocasiões que a política, como arte a serviço do bem público, adquire um sentido de grandeza.

Não é de crer que o povo esteja empenhado em ver as elites digladiando-se num espetáculo de mútua destruição. Ao contrário, se fosse possível auscultar os sentimentos da maioria dos brasileiros, a perspectiva de um entendimento sadio e elevado entre as forças políticas, com o intuito de resolver os problemas coletivos, bem poderia ser colocada na categoria de um dos mais puros e legítimos anseios nacionais.

A CRISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

Só através de uma orientação inspirada, acima de tudo, no interesse público, será possível enfrentar de modo satisfatório os problemas fundamentais do país. Entre estes avultam sem dúvida os que se relacionam com a situação econômica e financeira.

A elevação do custo da vida, cujos efeitos se fazem sentir com mais intensidade na classe média e nas camadas operárias, atingiu níveis insuportáveis. Ao atual Governo ainda não foi possível, no curso de seis meses, deter o surto inflacionário que vem de longe, embora existam animadores sintomas de que a velocidade e a ampli-

tude do fenômeno estão diminuindo, com as medidas atualmente em curso. Para evitar o agravamento das dificuldades, os responsáveis pela administração nacional estão empenhados numa severa política de parcimônia, a que se fazem referências detalhadas no curso desta Mensagem.

Por outro lado, a tendência do Governo é para desapertar as peças que prendem o desenvolvimento da economia nacional. Se esta diretriz não está sendo amplamente executada, é porque isto não pode nem deve ser feito de modo repentino e violento. O intervencionismo estatal adquiriu, entre nós, raízes tão profundas, que talvez se torne indispensável um esforço preliminar de reeducação para ir pouco a pouco atenuando-lhe os excessos.

com relação a alguns produtos brasileiros de exportação, certas medidas de defesa justificam-se na política de controle exercida em países importadores. Seria absurdo que o Governo deixasse ao abandono setores econômicos atingidos, na esfera internacional, pela interferência de poderosas forças. No caso, uma orientação de liberdade, de parte do Brasil, seria uma conduta unilateral e uma traição aos interesses nacionais.

REVISÃO CONSTITUCIONAL, REFORMA ELEITORAL E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Alarga-se cada vez mais a área dos problemas que se vão acumulando, a aguardar o estudo e a decisão das elites brasileiras. A própria organização nacional ressen-te-se ainda de falhas de base e erros de estrutura. A revi-

saõ constitucional é hoje, praticamente, um sentimento unânime. O mesmo se pode dizer da reforma eleitoral, destinada a escoimar o voto, cada vez mais, das possibilidades de fraude.

No âmbito dos problemas sociais, destacase a necessidade de um critério mais eficiente para atender às justas reivindicações das classes laboriosas. No Brasil, as conquistas alcançadas pelos operários são, em grande parte, mais teóricas do que reais. Os trabalhadores vivem envolvidos num círculo de simpatia e sedução, mas sua participação direta e efetiva na vida política e social do país é ainda muito diminuta.

Precisam as elites dirigentes estar vigilantes, para evitar a desorientação das massas obreiras.

uma política de reforma, na esfera da Constituição ou do Código Eleitoral, na órbita da legislação trabalhista ou em qualquer outro setor, deve ser dirigida com objetividade e senso plático, sem os exageros de idealismo responsáveis pelo visível descompasso entre as fórmulas jurídicas e legais, de um lado, e as realidades brasileiras, de outro lado.

Não bastam as reformas obtidas através das leis. A contribuição da educação e dos costumes é decisiva. Cumpre também que, ao lado da noção dos direitos, prevaleça a consciência dos deveres.

Estas e outras são as bases da revolução de mentalidade que se vai tornando cada vez mais urgente, para que o Brasil possa atingir os padrões de um desenvolvimento satisfatório.

ASPECTOS DA PRODUÇÃO

Passo a apresentar um quadro sintético da situação do país em seus principais setores de atividades, de acordo com os dados que figuram, de maneira pormenorizada, no texto desta Mensagem.

A produção agrícola teve em 1954 um aumento, devido, entre outros, aos seguintes [atores: modificação das diretrizes cambiais, exploração de novas áreas produtivas e necessidade de compensar os prejuízos acarretados pela geada e pela crise externa do algodão.

esse acréscimo no volume das colheitas não teve, entretanto, influência no balanço de pagamentos, de vez que praticamente só atingiu artigos de consumo interno, não favorecendo o café nem o algodão exportável. A produção de café, ao contrário, acusou uma queda de cerca de um milhão de sacas. Já o trigo registrou pequeno aumento, com 933 mil toneladas em 1954, contra 910 mil em 1953.

A mecanização da lavoura contou com os seguintes recursos: dotação orçamentária de 45 milhões de cruzeiros, crédito bancário de 220 milhões, financiamentos estrangeiros de 18,5 milhões de dólares, mais 18 milhões de dólares concedidos pelo Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos da América do Norte ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

A produção animal continua a desenvolver-se. O rebanho brasileiro, que ocupa o quarto lugar na estatística mundial, apresenta índices satisfatórios, no tocante ao número. Em termos de peso, no entanto, seu nível é baixo. O fenômeno é atribuído à deficiência de transportes e à má localização dos frigoríficos.

INDUSTRIAS BÁSICAS

No setor das indústrias básicas, administradas pelo Governo, a produção da usina de Volta Redonda continua crescendo progressivamente.

O lucro da Companhia Siderúrgica Nacional, apurado em 1954, foi de 502 milhões de cruzeiros, com um acréscimo de 158 milhões relativamente a 1953.

No âmbito dos programas de eletrificação, em todo o país, houve em 1954 um aumento de 750.000 kW na capacidade geradora, correspondente a 35% sobre 1953.

Entre outras inaugurações, cumpre registrar a das duas primeiras unidades da Hidrelétrica do São Francisco, com 120.000 kw.

Por lei sancionada em 1954, [oi instituído o Fundo Nacional de Eletrificação.

Na Companhia Vale do Rio Doce, o exercício financeiro foi encerrado com um saldo de 100 milhões de cruzeiros, tendo sido cumpridos todos os compromissos e realizados reinvestimentos com recursos próprios.

A Fábrica Nacional de Motores marcha para sua emancipação definitiva em termos de organização técnica e normalização financeira. O seu programa de desenvolvimento industrial, através da fabricação de caminhões e tratores, apresentará dentro em breve resultados compensadores-

No sentido da exploração do petróleo brasileiro, os principais acontecimentos em 1954 foram os seguintes: começo das atividades da Petrobrás, com capital inicial de 4 bilhões de cruzeiros; conclusão da refinaria de Cubatão; ampliação de Mataripe; incorporação, à Pe-

trobrás, da [rota de petroleiros com 22 unidades, com capacidade total de 223.000 toneladas; concessão de um [undo nunca inferior a 3 % nem superior a 5 % da receita cambial, a fim de assegurar divisas para o programa da Petrobrás.

Quanto às indústrias químicas de base, notadamente a produção de álcalis, estão sendo adotadas providências que permitem prever, ainda no corrente ano, o início da emancipação do Brasil em um setor fundamental.

FINANÇAS PÚBLICAS

Ao invés do "superávit" previsto, a execução orçamentária em 1954 evidenciou a existência de vultoso "deficit", da ordem de 7 bilhões de cruzeiros. Para o exercício corrente, a lei de meios consigna um "deficit" de 3 bilhões, a que devem acrescentar-se 7 bilhões das despesas com abono ao funcionalismo civil e militar, além da quantia de 3,4 bilhões do "deficit" das autarquias e 1 bilhão que a Prefeitura do Distrito Federal deveria, mas não recolherá aos cofres da União. O total do "deficit" real deverá, portanto, elevar-se a 14 bilhões.

Dentro de um esquema geral de combate à inflação e melhoria do bem-estar social, os esforços tendentes a ativar o desenvolvimento econômico do país e corrigir as perturbações de ordem conjuntural devem abranger, antes de tudo, providências de caráter monetário e fiscal. Empenhou-se o atual Governo em estreitar a indispensável coordenação de atividades, dentro de uma unidade de orientação, das autoridades monetárias que integram o Conselho da SUMOC.

O período de janeiro a agosto de 1954 caracterizou-se por acentuada expansão de crédito, realizada diretamente ou favorecida indiretamente pelas autoridades monetárias, através dos bancos comerciais.

Para atender a essa plethora de crédito, que se elevou a 20 bilhões, utilizou-se o saldo líquido dos ágios, no valor de 12 bilhões, além de recursos oriundos do aumento de certas categorias de depósitos no Banco do Brasil, cobrindo-se a diferença com emissões de papel-moeda, no montante de quase 7 bilhões.

Em virtude da nova política de crédito, a partir de setembro, o ritmo de aumento dos empréstimos começou a acusar um declínio, que se acentuou em novembro e dezembro.

Está o Conselho da SUMOC vivamente empenhado numa política monetária e creditícia de combate à inflação e de aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e ação do sistema bancário. com esse objetivo, foram adotadas., através de três importantes "Instruções", medidas de alto alcance, cujos benéficos efeitos se vêm fazendo sentir.

Estabeleceu-se íntima conjugação entre a ação da Inspetoria de Bancos e a assistência financeira através da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária. Graças a essa política de cooperação entre as autoridades monetárias, o sistema bancário vem apresentando saudável reação, o que é um estímulo para que se prossiga no esforço para reduzir a expansão insólita do crédito, sem abalos financeiros.

A situação cambial avulta pela sua evidente importância. É sabido que durante vários anos prevaleceu uma taxa de câmbio, oficial e rígida, impedindo que se tivesse uma visão da relação entre o poder aquisitivo do cruzeiro

no mercado interno e no câmbio. Em 1953, introduziram-se profundas modificações no sistema cambial brasileiro, e instituiu-se, parcialmente, o regime de câmbio livre, com exclusão do café, algodão e cacau.

Essa orientação foi complementada em 1954 pela lei que disciplinou o comércio de exportações e importações.

Em seguida, o café atingiu cotações sem precedentes, registrando-se uma acumulação dos estoques pelos principais compradores. O preço chegou a alcançar 95 cents por libra peso para o tipo 4, Santos, no disponível. Mas, a partir dessa data, observou-se pronunciada retração nas compras, com um declínio progressivo nas cotações. com o intuito de deter a baixa, o Governo fixou o preço, em cruzeiros, equivalentes a 87 cents (cotação daquele tipo, no disponível, na data da resolução em apreço). Esperava-se que as exportações retomariam seu ritmo normal.

Essa previsão frustrou-se. Os compradores ainda dispunham de estoques, resultantes de importações antecipadas, de outras procedências, para resistir aos preços altos. Ante o desequilíbrio cada vez mais grave no balanço comercial, viu-se o Governo na contingência de alterar a base prefixada para a exportação do café, sem, entretanto, modificar os preços internos.

Não obstante o duplo impulso das novas medidas cambiais e da violenta queda de sua cotação em moeda estrangeira, o escoamento do café não se acelerou. A retração de vendas suscitou a impressão de que o fenômeno derivava da taxa flutuante, adotada para o café e outros produtos. Em virtude disso, a SUMOC, através de nova modificação em novembro de 1954, pôs em prática, para as exportações de café, o critério de bonificações fixas, mantida a diferença entre o dólar e as de-

mais moedas. Em novembro e começo de dezembro, as exportações passaram a desenvolver-se em escalas satisfatórias .

Em janeiro de 1955, estendeu-se aos demais produtos exportáveis o regime de bonificação fixa.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico proporcionou financiamentos à produção de energia elétrica, ao estabelecimento de indústrias básicas, à construção de silos e armazéns gerais, à melhoria de portos, à navegação marítima e fluvial e, principalmente, às ferrovias. São empréstimos que se enquadram no programa de reaparelhamento econômico do país.

com o propósito de atender à situação conjuntural e às exigências do progresso econômico, o Governo vem promovendo a articulação das diretrizes da política fiscal e monetária com as medidas ligadas às possibilidades de cooperação dos financiamentos de origem externa. com esse objetivo, a representação brasileira apresentou à recente Conferência dos Ministros de Fazenda e Economia, em Quitandinha, uma proposta em favor da extinção da bi-tributação, como estímulo às aplicações de capital.

Quanto ao comércio exterior, embora as estatísticas disponíveis não alcancem o total relativo a 1954, é possível estimar em quantia equivalente a cerca de 1 bilhão e 500 milhões de dólares o valor das exportações e igualmente das importações.

esse equilíbrio não é, evidentemente, um resultado satisfatório no comércio internacional do Brasil, cuja estrutura de país que ainda não atingiu seu pleno desenvolvimento reclama saldos elevados no intercâmbio de mercadorias, a fim de cobrir os itens cronicamente deficitários .

O declínio das vendas brasileiras para o exterior teve os seus efeitos amenizados pela situação favorável desfrutada pelo algodão em rama, cacau em amêndoas e pinho serrado.

Quanto às importações, deveriam apresentar sensível aumento em 1954, em relação aos níveis acusados no ano anterior. A procura de produtos como petróleo e derivados, trigo em grão e papel para imprensa, beneficiados por uma taxa cambial artificialmente baixa, bem como o propósito de atender aos planos de desenvolvimento econômico, governamentais e privados, já em fase de execução, influíram no sentido de tornar liberal a concessão de câmbio nos leilões, provocando o acréscimo aludido e contribuindo para impedir a formação de saldo no comércio exterior do país.

Um "deficit", possivelmente vultoso, deverá ocorrer com relação à área de moedas conversíveis, em consequência das importações de petróleo e derivados, em sua totalidade pagáveis em dólares, ao mesmo tempo que procedentes de países para os quais as exportações brasileiras são ainda pouco expressivas. Assim, o saldo provável do comércio do Brasil com alguns países da área de moedas conversíveis, principalmente os Estados Unidos, é absorvido por aquelas despesas.

Em compensação, cumpre assinalar um saldo registrado na área de moedas inconvertíveis, onde sobressai o comércio com a Alemanha.

TRANSPORTES

É sabido que a deficiência crônica dos meios de transporte tem sido um dos principais entraves ao natural desenvolvimento do país.

com exceção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, tôdas as demais ferrovias brasileiras estão hoje diretamente subordinadas à administração federal ou à dos Estados.

Se, de um lado, isso acarretou vultosa sangria aos cofres públicos, além de hábitos de operação em bases estranhas aos critérios de exploração industrial e comercial, de outro lado, o desenvolvimento do sistema não acompanhou a expansão das regiões agropecuárias e industriais.

A situação econômico-financeira das ferrovias exploradas pelo Estado é extremamente difícil. No exercido de 1954, deverá acusar um prejuízo superior a três bilhões de cruzeiros.

Diante disso, promoveu o Ministério da Viação e Obras Públicas o estudo e as providências para o reaparelhamento das ferrovias e para a reestruturação de seus serviços, baseando-se nos programas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O programa abrange, sobretudo, a remodelação da via permanente, a substituição de locomotivas e vagões obsoletos, bem como o incentivo à indústria que opera neste setor, tudo isto sem prejudicar o prosseguimento dos 4.000 quilômetros de novas linhas em construção.

Visando a proporcionar às ferrovias da União um sentido mais dinâmico e um cunho industrial, o Governo encaminhou ao Congresso Mensagem acompanhada de projeto da lei, criando a Rede Ferroviária S.A.

Em fins de 1954, a extensão rodoviária atingia, em todo o país, 342.700 quilômetros, isto é, 1.700 mais do que em 1953.

Considerándose que apenas 1.000 quilômetros são de estradas pavimentadas, torna-se evidente a situação ainda precária do sistema rodoviário.

Antiquada e anti-econômica, a [rota mercante não atende às necessidades do país e muito menos está à altura da concorrência estrangeira.

Sentindo a gravidade dessa situação, o Governo está em negociações para a compra de 10 navios norte-americanos, além de outros menores para os Serviços de Navegação da Amazônia.

Ao mesmo tempo, estuda a conveniência da fusão do Lóide Brasileiro com a Companhia Nacional de Navegação Costeira, segundo sugestões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

A ligação Norte-Sul deverá receber, em 1955, particular atenção.

Também a articulação entre o núcleo central, abrangendo Rio, São Paulo e Belo Horizonte, e a parte meridional, será objeto de es[orços, no sentido da duplicação do tronco principal litorâneo, de modo a vivificar as zonas intermediárias.

É objeto ainda de cogitações a reforma da atual estrutura do sistema administrativo no setor dos transportes, com vistas à racionalização, a uma adequada e flexível padronização e à reestruturação de seus quadros de pessoal, reconhecidamente exagerados com relação às necessidades existentes.

POLÍTICA DE POUPANÇA

Na esfera da administração geral, cumpre ressaltar a orientação do atual Governo, segundo a qual as admissões têm recaído quase exclusivamente em candidatos

habilitados em concurso. As nomeações interinas restringiram-se ao mínimo absolutamente indispensável e aos casos em que houve justificação satisfatória dos responsáveis pelos serviços.

Na falta de candidatos habilitados em concurso, o Governo se abstém de preencher os claros existentes. esse critério visa, de um lado, a fortalecer o "Sistema do Mérito", e, do outro, atender à política de compressão de gastos públicos, imposta pela difícil situação financeira que o país atravessa.

Nesse particular, é interessante salientar que, nos quatro últimos meses do ano próximo findo, a economia feita pelo Governo, com o não preenchimento de claros em classes iniciais de carreira, elevou-se a aproximadamente 70 milhões de cruzeiros. Por outro lado, está sendo adotado rigoroso critério de redução dos gastos no exterior, com apreciáveis resultados na política geral de poupança.

SEGURANÇA NACIONAL

Fenômenos internos e externos cuja apreciação é feita num capítulo especial desta Mensagem estão a exigir uma revisão tendente a estabelecer uma política de segurança nacional mais de acordo com as atuais necessidades.

Reconhecendo que a estrutura e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional já não mais correspondem aos imperativos da conjuntura nacional e internacional, prepara o Governo um projeto de reforma desse órgão, a fim de que possa êle atender às importantes finalidades a que se destina.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAIS

O Governo está convencido da conveniência de rever e atualizar diversos dos dispositivos do projeto de lei orgânica da previdência social, ora em curso no Congresso Nacional, Cuidou, assim, de constituir uma comissão de técnicos para estudar a reforma e alterar o sistema atual, criando novas fontes de receita e reajustando os benefícios ora previstos.

Também está em cogitações um esquema de pagamento da dívida da União para com as entidades da previdência social. Oriundo de sucessivos períodos de acumulação, o débito em apreço já atingia, em 1954, aproximadamente, a elevada soma de dezoito bilhões de cruzeiros. A situação atual priva aquelas instituições de recursos substanciais, indispensáveis à realização de seus fins.

COLABORAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

Ai está, Senhores Congressistas, um resumo do que se contém no texto da Mensagem que ora passo às vossas mãos. O espírito de síntese que deve prevalecer numa introdução não me permite que me estenda em considerações a respeito de outros importantes setores, tais como os da educação e cultura, política externa, saúde, energia atômica, pesquisas científicas e tecnológicas, política militar e tantos outros, que constam de capítulos especiais e para cujos detalhes solicito a vossa atenção.

Trata-se de um balanço em que o Brasil aparece retratado sob um critério de objetividade patriótica, nos principais aspectos da conjuntura interna e dentro dos reflexos da sua posição no quadro internacional.

A obrigação constitucional de dar-vos conta da situação do país completa-se com o dever de solicitar as medidas que visem a melhorá-la.

*Apelando para a vossa compreensão, estou certo de que haveis de meditar sobre os [atos aqui expostos e concorrer com as luzes de vossos conhecimentos e as energias de vosso civismo para as soluções que estão reque-
rendo pronta ação parlamentar.*

Digno da vossa consideração é o projeto de lei que estabelece a taxação dos lucros excessivos. O direito de greve, inscrito na Constituição, precisa ser disciplinado. A reforma do sistema previdenciário é uma necessidade reconhecida por todos. A participação dos empregados nos lucros das empresas é outro problema que deve chegar a um desfecho feliz. As medidas anti-inflacionárias, consubstanciadas na lei de meios, constituem um imperativo de salvação das finanças públicas, cumprindo evitar os sucessivos créditos adicionais que geralmente implicam reajustamentos negativos da política orçamentária.

O Governo solicita, igualmente, especial atenção para o Plano de Classificação de Cargos, já submetido à consideração do Congresso Nacional e que deverá abranger não só os servidores civis, mas também os militares. Outra matéria que está a merecer cooperação do Parlamento são as medidas que se tornam necessárias ao aperfeiçoamento da legislação que disciplina a prestação de assistência técnica e financeira aos Municípios.

Quanto à reforma da lei eleitoral, creio que a unanimidade dos responsáveis pela direção da vida política do país reconhece não só a sua necessidade, mas também a

sua urgencia, a fim de corrigir o sistema dos defeitos que, infelizmente, ainda maculam os resultados das urnas.

Não obstante os recentes progressos técnicos já observados, a elaboração orçamentária carece de um aperfeiçoamento em que a vossa contribuição será fundamental e decisiva.

Bem sabéis a importância do Orçamento Federal no quadro das atividades econômico-financeiras do país, como instrumento básico de planejamento da ação governamental e da redistribuição do produto nacional bruto aos setores de produção. A estimativa da renda nacional em 1954 é da ordem de Cr\$ 450 bilhões. Através do Orçamento Federal opera-se, de fato, uma legítima redistribuição da renda nacional, de indiscutíveis vantagens para as regiões de progresso retardado. Essa é uma das funções mais importantes da lei de meios, suplementando com auxílios, subvenções, fundos especiais e receitas vinculadas, os orçamentos estaduais e municipais. O Governo, por intermédio do Orçamento Federal, atua de maneira decisiva sobre a conjuntura, facultando os recursos para pagamento de salários, aquisição de equipamentos e execução de obras e serviços públicos, e estimulando o mercado de produção e utilidades.

Desejo formular um apelo à vossa colaboração, Senhores Membros do Poder Legislativo, para o cuidadoso exame das providências que se fazem necessárias à modernização do mecanismo governamental da administração financeira e da política fiscal. Setor de manifesta importância, exige instrumentos aperfeiçoados de ação, sem o que se torna inviável a coordenação das medidas a serem adotadas, simultaneamente, em planos diversos, visando à

ampliação da capacidade tributária, à eliminação dos "deficits" e à contenção do surto inflacionário.

Entre os projetos que já se acham no Congresso, avultam o do Código Tributário Nacional e o que institui, em todo o país, normas gerais de Contabilidade Pública e elaboração orçamentária, ampliando e consolidando a obra iniciada em 1939 e 1940, pelas conferências fazendárias. O Governo, além do mais, requer a vossa cooperação para a solução de problemas relevantes, como sejam: a modificação da estrutura dos impostos básicos da arrecadação federal — renda, consumo e selo; a revisão e atualização das tarifas alfandegárias; o estabelecimento orgânico do crédito público, dispondo sobre juros, resgates, amortizações, aplicação de empréstimos e organização do mercado nacional de valores.

O Governo resulta da ação coordenada dos Poderes. As responsabilidades perante o povo, cujo bem-estar é função precípua do Estado prover, estão divididas, enquadrando-se em órbitas de atribuições específicas. Dentro dos princípios de harmonia e independência dos três Poderes, cumpre não esquecer os altos encargos afetos ao Judiciário, ao qual compete, no mecanismo do regime, a missão fundamental de vigiar a aplicação das leis. Trata-se de um Poder que, tanto quanto o Legislativo e o Executivo, é alvo, às vezes, de reparos motivados por problemas cuja responsabilidade não lhe cabe. O Congresso Nacional, em cuja composição se destaca a presença de tantos expoentes da cultura jurídica do país, certamente se mostrará sensível à situação do Judiciário, em tudo aquilo que demande estudo e aperfeiçoamento por parte dos legisladores, naturalmente com u

ajuda e a experiência dos próprios membros daquele Poder, a quem incumbe uma das mais difíceis tarefas humanas, que é julgar.

Na estruturação da autoridade estatal de nosso sistema presidencialista, o Parlamento recuperou a força, que lhe é própria, como instrumento de representação das massas, passando a ter maiores obrigações para com o povo e a contribuir de modo mais decisivo para o prestígio e a sobrevivência das instituições democráticas.

Ao enviar-vos esta Mensagem, Senhores Senadores e Deputados, convido-vos a que juntos voltemos o pensamento para o futuro do Brasil, numa conjugação de vontades e esforços, a fim de proporcionar aos nossos compatriotas o advento de uma era mais feliz, a que têm direito e pela qual tanto anseiam. com este elevado objetivo estou pronto, de minha parte, a colaborar em tudo aquilo que de mim depender e estiver ao meu alcance. A obra a empreender, no sentido de colocar o país no caminho do desenvolvimento lógico que seus recursos naturais e humanos propiciam, é dessas que devem despertar o entusiasmo e a decisão de todos os patriotas. Não há razão para as atitudes de desalento. com espírito de iniciativa e capacidade de organização, a presente crise pode ser ultrapassada. Para isto não faltam às elites nacionais e ao povo as energias intelectuais e físicas, que são as fontes criadoras da civilização e do progresso. As dificuldades do momento devem servir a todos nós como uma advertência para que procuremos situar os interesses permanentes da nacionalidade acima de quaisquer antagonismos mesquinhos. Este é o imperativo supremo da hora e o dever da geração atual para com o Brasil de amanhã.

Estou certo de que, atentos às inspirações do vosso patriotismo e aos ensinamentos da vossa experiência, sabeis ter os gestos de compreensão e ajuda que o país reclama, nesta conjuntura, de todos os seus homens públicos. É com esta convicção que o Legislativo e o Executivo devem congregiar idéias e ação, pois só assim estaremos todos correspondendo às esperanças do povo brasileiro.

CLEMENTE MARIANI BITTENCOURT
MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

/EDUCAÇÃO
PARA A
DEMOCRACIA

DISCURSOS

SERVIÇO UE DOCUMENTAÇÃO

DISCURSO DE POSSE,
EM 10 DE DEZEMBRO DE 1946

*Minhas Senhoras
Meus Senhores.*

Ao receber das mãos de V. Excia., Exmo. Sr. Dr. Ernesto de Sousa Campos, a pasta da Educação e Saúde, que, durante cerca de um ano, V. Excia, exerceu com dignidade e proficiência, tenho a perfeita noção das imensas responsabilidades que assumo. Político, integrado num partido político e no seu seio escolhido para, numa função política, realizar um programa político, terei de executá-lo pelos processos técnicos apropriados e seleccionar, com os olhos postos no interesse público, no sofrimento dos nossos concidadãos e no futuro da mocidade brasileira, os técnicos capazes de, sob a minha direção, impulsioná-lo e, tanto quanto possível, aproximá-lo do bom termo. Mas a essas condições, que, abstratamente, nada teriam de extraordinário, se junta a circunstância de que, quando, sobre o solo sagrado da Praça da Sé, onde os nossos antepassados plantaram os primeiros marcos da civilização brasileira, ou em frente à estátua de Castro Alves, cujo brado por "livros, livros, à mão cheia", até hoje repercute no firmamento, os dois candidatos à Presidência da República elegeram a Bahia como tribuna, da qual enunciassem, para o Brasil, as suas idéias e os seus propósitos, relativos à educação, era como se ambos fossem buscar nos nossos quatro séculos de tradições, na atmosfera humanística e universitária da Cidade do Salvador, no eco inapagado dos pareceres de Rui Barbosa e nas realizações antigas e atuais dos nossos

educadores, o ambiente propício à discussão dos problemas ligados ao Ministério, por excelência, da formação nacional. De modo que, ao procurar, agora, o candidato vitorioso, dentro do elevado propósito de congregar, no seu govêrno, as principais correntes políticas democráticas, em meio às fileiras dos que, desengañadamente, apoiaram o seu opositor, um deputado baiano, confiando-lhe a direção dos negócios da Educação e Saúde, não padece dúvida que lhe pôs sobre os ombros responsabilidades esmagadoras — as de, honrando o espírito da Bahia e harmonizando os programas dos partidos adversos, transformá-los em realidade benéfica aos interesses da Nação.

Ninguém mais conscienciosamente do que eu se penetra da gravidade do que seja representar a Bahia. O renome dos seus estadistas, dos seus tribunos, dos seus escritores e poetas, o conceito que, na própria esfera das atribuições deste Ministério, desfrutam os seus homens de ciência, os seus sanitaristas, os seus educadores, constituem sem dúvida um padrão demasiado alto, para os que se encontram na contingência de representá-la. Mas não é apenas nas culminâncias intelectuais e culturais que se encontra o signo do seu gênio. Êle antes se manifesta, ao contrário do que muitos supõem, no senso do equilíbrio e da medida, naquele amor ao livre exame e ao debate livre, que Bui já salientava, na capacidade para o estudo consciencioso dos problemas e na firmeza com que se põem em prática as suas soluções.

Ainda uma vez procurarei valer-me do que em mim exista dessas qualidades. Filiado a um partido político, cuja responsabilidade não envolvo, ao exercer este Ministério, mas a cujos ideais e objetivos entendo permanecer fiel, facilita-me, de certo modo, a atuação, a feliz circunstância de que o seu programa e o do Governo a que vou servir são antes complementares do que discordantes.

Antecipando-se, cora efeito, à fórmula constitucional,, para ambos os candidatos a educação deveria ser democrática e respeitadora da personalidade humana. Reagindo, expressa ou implicitamente, contra as desfigurações de cunho fascista, pareciam ambos inspirar-se no ensinamento de Kandel de que o processo da educação, em vez de partir do Estado e suas necessidades para o individuo, parte do individuo e seus direitos para a mais rica e mais perfeita realização de sua personalidade, independentemente de suas condições sociais anteriores ou de quaisquer distinções preconcebidas de classes. como a Constituição havia de fazê-lo, ambos reconheciam na família a prevalência educativa, suplementada pela da escola, e ante a evidência da responsabilidade do Estado pela Educação no mundo moderno, se, para o Brigadeiro Eduardo Gomes, "o Estado faz das escolas órgãos por excelência da sociedade e não instrumentos do seu domínio", o General Eurico Dutra, pode dizer-se que lhe completava o pensamento, ao afirmar que "a educação há de ter um profundo sentido de solidariedade social e assim, de ordem e de cooperação". O que é como se ambos prestigiassem a lição de ANÍSIO TEIXEIRA, quando ensinou: "a função do Estado democrático é manter os serviços educacionais, defendendo-os das influências imediatistas dos governos, ou da influência profunda de ideologias partidárias".

Nem é de admirar que assim seja, porque, em matéria de educação, menos necessitamos, na verdade, de formular leis ou elaborar princípios do que de realizações. Se Rui Barbosa, em 1882, como observa o Sr. Lourenço Filho, já enunciava os postulados da escola ativa e, antecipando-se de quase quarenta anos a Kilpatrick, apontava "a vida mesma e unicamente a vida", como base da educação, é natural que ninguém conteste ser o objetivo da escola moderna fornecer ao homem os conhecimentos técnicos indis-

pensáveis às novas condições da vida; o que é de lastimar é que, no quadro real da educação brasileira, a escola primária, geralmente sem o poder de fixar o aluno, apenas forneça à maioria deles um rudimento de cultura, que em nada facilita a sua redistribuição pelas ocupações úteis, quando não os conduz, por inadaptáveis àquelas, aos pequenos cargos da burocracia privada ou pública; a escola secundária, sem rumos certos, se limite ao preparo dos adolescentes para os trabalhos intelectuais, em vez de lhes facilitar, pela flexibilidade dos seus métodos e variedade dos seus programas, o pleno desenvolvimento das suas vocações e aptidões; e as escolas superiores, a maioria delas formalmente congregadas em universidades, embora realizem o seu objetivo de formação profissional, reduzam-se, por vezes, a habilitar o indivíduo, por meio de um título, à obtenção de um emprego, público ou particular, enquanto falham, nesses casos, à missão soberana de criar um pensamento harmonioso, impondo, como única alternativa, para os que sentem sede de ilustração, valerem-se do autodidatismo, "isolado e hostil", cujo signo vai manifestar-se no caráter egocêntrico da cultura nacional.

Não vejo, minhas senhoras e meus senhores, nada que sobreleve, no Brasil, fora do campo do imediatismo, o problema da educação. Se Rui Barbosa, em 1883, já assinalava "a relação fundamental entre a educação e a riqueza", um pensador atual, o Sr. Fernando Azevedo, pôde, com propriedade, afirmar que a grandeza do nosso país, "com a primeira civilização tropical, não romperá do seio da terra, mas do pensamento, da energia e do braço dos seus filhos". "Em vão se tem insistido nessa evidência — disse na Bahia, o Brigadeiro Eduardo Gomes — os problemas básicos de uma administração honesta, no Brasil, são os de educação e os de saúde. Esquecê-los ou descurá-los é um erro criminoso, que não prejudica apenas uma geração; compromete em

suas conseqüências o futuro do país". "Entre os grandes problemas da Nação, afirmaria por sua vez o General Eurico Dutra, o mais complexo, talvez, dentre todos, aquele que a todos, direta, ou indiretamente, se religa; aquele que tanto interessa às questões de produção como às de saúde; aquele que tanto fundamenta a felicidade da família como a segurança social; aquele que, enfim, aos governantes de hoje, há de apresentar-se como indispensável recurso para a realização de todos os planos e programas é o magno problema da educação nacional".

Bem se vê que estamos de acordo, nesse assunto, a União Democrática Nacional, a que pertença e o governo de que faço parte. Vimos, ambos, do contacto direto com a realidade brasileira, e de mim acrescentarei que já o vinha de longa data. Sob os nossos olhos desfilarão e aos nossos ouvidos repercutiram (e para isso nos serve sermos políticos), as imensas legiões dos dizimados e depauperados pelas grandes endemias, o surdo clamor dos enfermos sem assistência, o débil choro das multidões de crianças, morrendo ao abandono, ou de carência alimentar e a voz imperiosa dos que pedem, suplicam e exigem — educação. Nada disso se resolve com leis, nem com palavras, mas com recursos, com trabalho e com dedicação. Estamos, evidentemente, numa encruzilhada do destino. Tentamos lançar, no Brasil, os fundamentos de um regime democrático e, no entanto, não se cuidou previamente do preparo do solo, que só poderia ter sido feito pela educação. Entre o rompimento da linha de defesa da sociedade aristocrática, que são as oportunidades desiguais, pela igual educação para todos, e o seu rompimento pela pressão política das massas meramente alfabetizadas e como tais suscetíveis de serem "presa das propagandas fáceis e perturbadoras", como avisava o lúcido espírito de ANÍSIO TEIXEIRA, corremos o risco de assistir à segunda alternativa. Aqui estamos para, enquanto

resiste a sociedade aluai, firmada na dedicação e no patriotismo das suas instituições nacionais, prepararmos o advento da nova era, educando as gerações que hão de instaurar no Brasil a verdadeira democracia. Para isso, eu de mim não medirei esforços e conto mobilizar, não em meu auxílio, mas em auxílio da Nação, todas as capacidades, onde quer que elas se encontrem. Nunca havendo ambicionado o posto de Ministro do Governo de meu país, por grande que considerasse a honra de o ser, assumo este cargo sem orgulho, nem vaidade, com o espírito de quem apenas cumpre o seu dever cívico, ao qual nunca me furtei, e não procura outro prêmio além da consciência de havê-lo cumprido.

Exmo. Sr. Dr. Ernesto de Sousa Campos. Recebendo de V. Excia, a pasta do Ministério da Educação e Saúde, tenho o maior prazer em manifestar-lhe o meu alto apreço pelos relevantes serviços que, no seu desempenho, prestou à Nação.

DISCURSO PRONUNCIADO
NO ALMOÇO DE CONFRA-
TERNIZAÇÃO com OS UNI-
VERSITÁRIOS DO BRASIL,
EM 1 DE JANEIRO DE 1947

*Meus caros e jovens representantes
dos universitários do Brasil.*

O convite que tivestes a nobreza de me dirigir, para compartilhar convosco este almoço de cordialidade e de confraternização, se, por um lado, constitui alguma coisa de novo, nas relações entre a mocidade estudantil e o Governo, abre, por outro, aos nossos olhos, amplos horizontes sobre a obra que, animados do espírito de cooperação mais entusiástico, vamos juntos realizar,

Foi minha felicidade haverdes sentido, ao primeiro contacto, que sou dos vossos, Acadêmico, ainda há pouco mais de cinco lustros, se não me tem sido avaro o Destino. ao propiciar-me, na advocacia, no jornalismo, na cátedra, na política, no comércio, na indústria e, agora, na administração, a experiência reconfortante dos triunfos, a sua intensidade, entretanto, jamais conseguiu esmaecer as inolvidáveis recordações de minha vida acadêmica, nem a variedade desse *curriculum vitae* pôde enfraquecer (antes, talvez, deles se tenha beneficiado) os traços da minha formação universitária.

Estudante fui, jovens estudantes do Brasil, estudante fui votado aos livros, de cuja companhia amiga até hoje não me apartei; mas estudante fui também interessado na vida social e política da minha geração. Nunca me encontraram surdo os apelos e os avisos oraculares de Rui Barbosa, nem me dedignei de empunhar, por conta própria, o estandarte das reivindicações democráticas da nossa classe.

Mercê de Deus, em vinte e seis anos de lutas e de trabalhos, tenho conseguido manter-me fiel aos ideais de minha mocidade, em todos os postos a que me tem alçado a generosidade dos meus concidadãos. Espero que deles não desertarei no exercício das funções de imensa responsabilidade a que agora me dedico.

Bem se vê, portanto, jovens universitários brasileiros, que não poderia ser meu pensamento isolar-vos, quais flores de estufa, da vida que palpita e estua em torno de vós e em cujo torvelinho se condensa o novo mundo em que ireis viver. Participar dela quase que chega a ser uma função universitária. Podem as sociedades estratificadas numa forma de civilização, que apenas evolui, formar a mocidade dentro dos cânones aceitos pela geração que a antecedeu e cometer-lhe, apenas quando formada, o encargo de continuar a sua evolução. Mas, na América Latina, somos um inundo em formação. como na Amazônia descrita por Euclides, terras novas surgem e outras desaparecem sob os nossos olhos. Raro conseguimos transmitir aos nossos filhos a herança que lhes preparamos. Para merecê-la, eles, como recomendava o filósofo, é que hão de conquistá-la. ' .

Mas, se participar da vida social e política do seu país é, tradicionalmente, na América Latina, uma função universitária, não esqueçamos de que não é a única, nem deve prevalecer sobre os objetivos específicos da Universidade: formação profissional para a vida e antes órgão de direção intelectual do que de direção política da nacionalidade.

Essa a grande missão que nos incumbe. Temos de esforçar-nos, todos, para que, profissionalmente, se estabeleça uma relação de equivalência entre diploma e cultura. As exigências da vida nacional absorverão sem esforço todos os homens cultos. Mas para os empregos, que são o seu único destino, evidentemente já se verifica uma inflação de homens diplomados. •

Nem assim, entretanto, as Universidades teriam cumprido o seu grande objetivo, que não é apenas o de difundir conhecimentos, mas sobretudo o de dar vida à cultura humana, projetando no futuro, pela pesquisa e pela inquietação, os tesouros armazenados no passado.

Só isto, esse trabalho comum dos que sabem, mas não se satisfazem com a extensão do seu conhecimento e dos que ainda nada ou pouco sabem, mas querem aprender, é que constitui o clima universitário. Sem êle, pouco adianta que organizemos em lei ou construamos com pedra, ferro e cimento, o que chamaríamos de Universidades. Porque elas apenas seriam casas vazias, se não se destinassem a abrigar a nossa sède inalterável de saber.

Por essa universidade de amanhã, que havemos de criar, nós e as gerações que nos sucederem, Governo, professores e universitários, em harmonioso trabalho de cooperação e que será o grande elemento de homogeneização nacional, é que levanto, neste momento, a minha saudação, em honra dos universitários do Brasil.

DISCURSO PRONUNCIADO NA
POSSE DO DIRETOR DO DEPAR-
TAMENTO NACIONAL DE EDU-
CAÇÃO, PROF. LOURENÇO FILHO,
EM 2 DE JANEIRO DE 1947

Meus Senhores.

Ao empossar, neste momento, o Sr. Prof. Lourenço Filho no cargo de diretor do Departamento Nacional de Educação, considero-me dispensado de justificar, perante os homens de pensamento e perante a nobre classe dos educadores brasileiros, aqui tão eloqüentemente representada, os motivos de minha escolha. Ao assumir, por minha vez, este Ministério, propuz-me mobilizar, para a solução dos graves problemas que lhe estão entregues, todas as capacidades, onde quer que elas se encontrem. desse propósito não me afasto e confio que hei de realizá-lo. No campo da educação, todos o sentiram, entendi assegurar-me o concurso de três elementos que, pelas qualidades de inteligência e de cultura e pelo devotamento sem limites à causa da formação de nossa juventude, projetavam-se no primeiro plano do movimento educacional brasileiro. Tenho a satisfação de havê-lo conseguido. Se ANÍSIO TEIXEIRA, preso aos seus compromissos com a U.N.E.S.C.O., não nos poderá prestar senão uma assistência à distância, ainda assim valiosa, pela riqueza de sua experiência e penetração do seu espírito, já o Prof. Fernando Azevedo, embora impossibilitado de um desligamento total do centro de sua benemérita atividade, assegura-nos uma estreita colaboração no planejamento, que vamos empreender, das novas bases da educação nacional e na realização do novo sistema daí resultante. No Prof. Lourenço Filho teremos o nosso órgão executivo, o que não exclui a sua contribuição valiosa, na

fase de investigação e estudo que, prévia ou simultaneamente, deverá ser enfrentada.

Aos que conhecem a organização atual do setor educativo deste Ministério, com o seu Departamento Nacional de Educação apenas remanescendo, quase sem funções, da autonomia concedida aos vários serviços que nele se integravam, parecerá, talvez, desproporcionada a relação entre as atribuições legais do seu diretor e as que, obviamente, lhe pretendo cometer. A forma, entretanto, há de ceder à necessidade da realização do pensamento e será a própria expansão incoercível deste que indicará os justos limites, a serem fixados, para o seu campo de ação.

Neste momento, após as imprescindíveis tomadas de contacto e ajustamento, inevitáveis no início de uma administração, começa realmente a ação renovadora que pretendo imprimir ao setor educativo, durante a minha passagem por este Ministério. Ninguém se assuste, entretanto, com a perspectiva de novos sistemas rígidos, a cujas fôrmas de ação tenham de amoldar-se todas as iniciativas. A libertação de energias, pela desintegração do átomo, é um símbolo da nossa época. Limitando a competência da União a legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e impondo-lhe, a par da organização do seu sistema de ensino, com caráter supletivo das necessidades locais, a cooperação, com auxílio pecuniário, no desenvolvimento dos sistemas estaduais, a Constituição de 1946 abre-nos perspectivas magníficas de uma sadia emulação, através da qual, apoiados pela assistência técnica e pelos subsídios, os Estados colaborarão, com todas as suas insuspeitadas energias, para a grande obra de realização do plano nacional de educação.

Queixamo-nos, e não sem motivo, da rede inextricável da nossa legislação sobre ensino, colcha de retalhos todos os dias reformada, a contrastar, com os três estatutos inglê-

ses votados no período de um século. Mas não podia ser de outro modo, ante o hábito latino e especificamente francês, que nos foi transmitido e o poder discricionário desenvolveu ao último grau, de regulamentar, isto é, prender a vida, palpitante, nas malhas de uma concepção individual. Se queremos fugir a êsse imperativo desastroso, temos de distinguir, como há tanto tempo realizaram os anglo-saxões, e a própria França já começa a compreender, entre o campo da norma e o campo da técnica, no sistema educativo. aquele será objeto de uma legislação flexível e durável. Este outro constituirá o trabalho da matéria viva que iremos plasmar, pela renovação constante e progressiva, à luz das pesquisas e da experiência, dos processos e métodos a serem empregados.

Não aguardaremos, entretanto, que o novo sistema esteja formulado, para começarmos a agir. Dentro da legislação atual, há muito que realizar. O aparelhamento material das escolas públicas, a que a Nação reservou fundos especiais, terá de ser estimulado e efetivado, inclusive pela construção de escolas rurais capazes de atender às necessidades desse gênero de ensino. A educação de adultos analfabetos, a abertura às vastas massas de adolescentes do interior do país de oportunidades para uma educação de grau médio, serão objeto de realizações imediatas.

E' meu propósito que, dos estudos a se empreenderem do anteprojeto das diretrizes e bases do plano educativo, que ofereceremos ao Congresso Nacional, como fruto de nosso espírito de colaboração nos altíssimos deveres que lhe incumbem, participem, pelos seus representantes mais autorizados, todos aqueles que têm feito de sua vida um apostolado da grande obra da educação. Mas não é isto apenas o que deles espero. Anima-me a confiança de que, ante a grande oportunidade que se nos enseja, com um Poder Legislativo saído das mais puras fontes da representação

popular, com um chefe do Governo profundamente sensível às necessidades prementes da nossa juventude e decididamente resolvido a enfrentá-las, hão de partir com redobrado entusiasmo para a campanha a que, com tanta abnegação, se dedicaram e hão de formar o clima dentro do qual este Ministério, cujo transitório ocupante não conta, nem contará, senão como um soldado a mais, assumirá o seu verdadeiro papel de Ministério por excelência da formação nacional.

DISCURSO PRONUNCIADO
NA UNIVERSIDADE DA BAHIA,
EM 22 DE FEVEREIRO DE 1947

Magnífico Reitor da Universidade da Bahia

Senhores Conselheiros

Eminentes professores da Universidade da Bahia

Jovens Estudantes

Meus Senhores.

NA sucessão iterativa de triunfos e decepções, das quais se entretém, necessariamente, a vida de um homem público, acontecimentos como este, de que participo, fortalecem a alma, elevam o espírito e inspiram novas energias a um velho combatente. Não que me deslumbre a homenagem prestada ao Ministro, que transitoriamente sou. Mas porque, desviado, por circunstâncias imperiosas, do rumo que eu mesmo havia traçado para a minha carreira, a mão de Deus me conduz ao reto caminho e, neste breve contacto com as fontes mesmas de minha formação, sinto que ainda se conserva intacto o ardor insopitável com que atravessei as portas desta Universidade, quando elas se abriram, para que eu penetrasse na vida.

Longa e variada, ora áspera, ora suave, tem sido, desde então, a minha estrada. Advogado, jornalista, diretor de empresas comerciais e industriais, político, duas vezes representante do nosso Estado em Assembléias Nacionais Constituintes, duas vezes por êle eleito deputado ao Congresso Na-

cional e ora distinguido pelo Exmo. Sr. Presidente da República com a função de confiança de auxiliar direto do seu governo, tudo isso se construiu sobre a base da minha formação universitária e em torno da minha cultura de professor universitário, através do exercício de cuja missão, durante doze anos, pude ampliar os conhecimentos e a experiência adquiridos nos bancos escolares. Mas, por isso mesmo que dessa realidade nunca me desapercebi, é que me doía profundamente, como a consciência irredutível de uma ingratidão, ter de curvar-me durante os últimos anos, à necessidade de afastar-me do vosso convívio profissional, para atender a imperativos irrefugíveis. Bem sei quantos, então, me julgaram feliz, ou me julgaram mal. Asseguro-vos, entretanto, que não desertei. E de que assim é — a prova o tendes em que aqui me encontro. Porque o ser Ministro da Educação e Saúde é como se, na frase do Evangelho, eu me houvesse levantado e vindo ter convosco e vos dito: — Amigos, pequei contra o céu e contra vós. Já não sou digno de ser chamado vosso colega; tratai-me, porém, como um dos vossos jornaleiros.

Assim se faz a vida, de falsas aparências. Não tem sido avara, em conceder-me posições de destaque, a generosidade dos meus concidadãos. todas, entretanto, me têm sido oferecidas e algumas somente aceitas com relutância. Apenas a uma candidatei-me por mim mesmo: — a de docente em nossa gloriosa Faculdade de Direito.

Quem assim pensa e assim se confessa perante vós, bem se vê não poderia deixar de ter presente ao espírito, ao assumir o cargo de Ministro da Educação e Saúde, a Universidade da Bahia, universidade que não necessitou de um Decreto instituidor para que existisse e se projetasse sobre o Estado e o Brasil. Porque se, como tive ocasião de definir, a grande função das universidades é a de dar vida à cultura humana projetando no futuro, pela pesquisa e pela inquietação, os tesouros armazenados no passado, se o clima universitário re-

sulta do trabalho comum dos que sabem, mas não se satisfazem com a extensão do seu conhecimento e dos que, pouco ou nada sabendo, querem aprender, então bem podemos afirmar que sempre tivemos na Bahia uma Universidade.

Vivemos a falar de cidades universitárias. Entre os problemas esmagadores com que me defronto no Ministério, encontra-se o da construção de algumas delas. Não padece dúvida a importância de sua organização material. Mas, em verdade, como já tive ocasião de dizer, todos os seus edifícios não passarão de casas vazias, se neles não se abrigar o espírito universitário, que é a nossa sede inalterável de saber.

Ainda bem que tal espírito sempre existiu e se mantém vivo na Bahia, de tal jeito que, apesar de todas as deficiências materiais, apesar da insuficiência clamorosa da educação de grau médio e primário, a vida espiritual da *urbs* continua dominada pela Universidade e toda a Cidade do Salvador constitui, por assim dizer, uma cidade universitária. Não eram nem são apenas os universitários que se interessam pelas pesquisas de Nina Rodrigues, de Pirajá da Silva, de Leoncio Pinto, de José Silveira, de Virgílio de Lemos, de Eduardo Espinola. Não são apenas universitários os que formam as grandes assistências dos concursos de provas para as cátedras universitárias. Pelo menos, não o são no termo estrito da palavra. Porque, talvez, o sejam, se considerarmos a ação da universidade sobre todo o campo cultural até onde se estende a sua irradiação.

Dos dois elementos de que se compõe uma universidade, o material e o espiritual, dispomos já de um início apreciável. Trata-se de desenvolvê-los ao máximo, aproveitando ainda a circunstância feliz da existência em nossa cidade de um verdadeiro clima universitário, para, através de uma grande universidade, valorizar essa riqueza nativa de que dispomos e geralmente tão mal aproveitada, que é a inteligência baiana.

Será esse o meu empenho, à fi-ente do Ministério da Educação, enquanto nele me mantiver. A criação material da Universidade, dependendo de uma articulação dos três poderes, federal, estadual e municipal, não poderia, certamente, ser resolvida numa fase de transição política como a que atravessamos. Será, entretanto, encarada com o firme propósito de ser levada a bom termo, tão cedo se constitua o governo permanente a sair das urnas, cujos resultados presentemente se apuram. Enquanto isso, outros aspectos de interesse da Universidade irão sendo atendidos, com as dotações já concedidas para o seu desenvolvimento material.

Realiza-se, presentemente, no Brasil, uma grande experiência, — a da autonomia universitária. O senso da medida e do equilíbrio, que caracteriza o espírito baiano, qui-la até onde necessária, mas não se interessou pelos seus exageros. Incumbe-lhe, agora, demonstrar quanto se encontra certo, tornando patente que, dentro das franquias que pleiteou e lhe foram concedidas, a vida universitária poderá desenvolver-se sem embaraços e produtiva, como elemento enriquecedor do pensamento nacional e não como fonte de perturbações motivadoras de movimentos reacionários.

Para isso, não precisaremos todos nós senão de cumprir nosso dever, cumpri-lo com aquela simplicidade cantada por Verlaine, de quem lança o incenso sobre as brasas, ou do soldado que derrama o sangue pela sua pátria. Estou certo de que a êle não faltaremos e que, na grande fase de reconstrução no Brasil, que vamos iniciar, a Universidade da Bahia, para orgulho nosso, marchará em linha com os condutores da nacionalidade para os seus novos destinos.

DISCURSO PRONUNCIADO NA
POSSE DO NOVO DIRETOR DO
ENSINO SECUNDÁRIO, PROF.
HAROLDO LISBOA CUNHA,
EM 10 DE FEVEREIRO DE 1977

Sr. Prof. Haroldo Lisboa da Cunha.

EMPOSSANDO-0, neste momento, na Diretoria do Ensino Secundário deste Ministério, acredito animá-la de um novo espírito, consentâneo com a orientação que desejo imprimir à solução dos nossos problemas educativos.

Nada mais necessário e urgente. Se o ensino secundário, em cerca de 15 anos, viu quintuplicarem-se os seus educandos, graças, sobretudo, ao desenvolvimento dos institutos particulares, nem só esses resultados ainda não satisfazem quantitativamente às nossas necessidades, como qualitativamente muito deixam a desejar, quer do ponto de vista da própria orientação dos cursos, sem a flexibilidade que seria aconselhável, quer do ponto de vista da eficiência do ensino, por defeitos de instalação material e por vícios de natureza pedagógica.

Uns e outros teremos de corrigir. Basilarmente, a educação secundária terá de ser democratizada. Não poderá continuar como um curso para privilegiados nem como estágio preparatório para estudos superiores. Há de elevar-se à altura do seu destino: o de *produtiva* e de expressão social.

Para isso, temos de encontrar o modo de articular os vários ramos e modalidades do ensino de segundo grau, separando as barreiras entre estudos acadêmicos e estudos técnicos, de maneira que aqueles se tornem socialmente úteis e estes se enriqueçam de uma formação humanística, a todos necessária. E mais ainda: temos de abrir possibilidades a todos aqueles que, possuidores de aptidões, vivem

afastados de centros populosos, ou não podem atender aos encargos de anuidades em estabelecimentos particulares.

Para a realização desse programa, muito havemos de depender do Congresso Nacional, ao qual incumbe traçar as diretrizes e bases da educação e fornecer os recursos para que possam ser cumpridas. Mas necessitaremos, também, dirigindo a sua execução, um espírito esclarecido e forte, imbuído do propósito que deve ser o deste Ministério, de propulsor do movimento educativo e solucionador dos seus difíceis problemas.

Os seus títulos de catedrático do Colégio Pedro II, docente da Escola Politécnica, autor de obras consagradas e mestre de conceito, autorizam as mais fundadas esperanças na eficiência de sua ação. E a circunstância de haver ido buscá-lo na cátedra do nosso tradicional colégio padrão, não foi acidental, mas constitui uma homenagem à grande classe dos educadores da nossa juventude. Sem transigências nem tolerâncias inadmissíveis, a administração estará em condições de bem compreender as dificuldades do trabalho a realizar. Dentro desse espírito, estou certo de sua eficiente atuação na Diretoria do Ensino Secundário.

DISCURSO PRONUNCIADO NA
1.^a REUNIÃO DE DELEGADOS
ESTADUAIS, À INSTALAÇÃO DA
CAMPANHA NACIONAL DE
EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES
E ADULTOS ANALFABETOS,
EM 14 DE FEVEREIRO DE 1947

Senhores Delegados.

Nos momentos de transição, quaisquer que sejam as dificuldades, guarda o gênio do povo energias insuspeitadas. Necessidade há, apenas, de que uma causa justa, elevada e digna, as polarize e as encaminhe para o bem comum. A educação popular é dessas causas, ao calor da qual se afervora a coesão social e se ilumina a consciência dos destinos comuns de cada grupo, senão já a de cada indivíduo, dentro da comunhão nacional.

A maneira pela qual vem sendo recebida a decisão do governo de empreender ampla campanha de educação de adolescentes e adultos analfabetos é, na realidade, a mais expressiva demonstração das energias de nossa gente, quando assim despertadas.

Bem razão tinha eu em dizer, portanto, ainda há menos de um mês, em entrevista coletiva à imprensa, que esta era uma causa de salvação pública, e que poderia ser comparada com a de uma nova abolição.

Apelei, nesse momento, para os jornais de todo o país, no sentido de que fizessem sua a causa, e no de que a proclamassem, por sua voz poderosa. De como a imprensa tem correspondido a esse apelo é do conhecimento de todos vós. Sem distinção de credo, de partido, ou de orientação social, a imprensa brasileira mais uma vez se apresenta à altura de suas magníficas tradições. Está cumprindo o seu dever com patriotismo e pertinácia, e com segura visão do

que pode representar esse movimento, quer nos seus efeitos imediatos, quer nos mais remotos.

Entre estes, está, sem dúvida, o da minoração de nossa grave insuficiência política. Insuficiência não apenas no sentido do número, mas da qualidade; e ainda no sentido de organização, que não pode existir sem a sensibilidade aos problemas reais da vida do povo; insuficiência, enfim, no sentido de ação disciplinadora e construtiva, quer no domínio econômico, quer no das mais variadas expressões de vida espiritual.

A primeira condição para que exista suficiência política é a da livre circulação das idéias, tendências e aspirações de cada grupo e de cada indivíduo, no seu próprio grupo. E os instrumentos indicados para isso são a leitura e a escrita, recursos naturais de registro e de comunicação social, entre umas e outras gerações e entre os mais distantes núcleos de população.

A mais simples inspeção dos índices apurados pelo recenseamento nacional de 1940 para logo evidencia que, na base de todos os problemas da organização nacional, encontra-se o fator comum das enormes massas iletradas, incapazes de compreender os seus direitos e de cumprir os seus deveres, participando livre, mas ordenadamente, da vida democrática. E só, por certo, em razão das condições de sujeição política em que viveu o país, a publicação dos dados, que nos mostravam a existência de mais da metade da população adulta em estado de analfabetismo não baveria de levantar, como não levantou, o clamor público, de parte da fração mais esclarecida e cultivada da nacionalidade.

Dessa necessidade iniludível e insatisfeita da comunicação de idéias, tendências e aspirações não resulta apenas a insuficiência política, mas também a insuficiência eco-

nômica, que a ignorância gera e mantém. A deficiência dos planos de industrialização, o ínfimo rendimento da nossa agricultura, o desequilíbrio entre as condições de vida no campo e nas cidades, aparecem como consequência clara da ignorância de enormes contingentes de nossa população. E tudo isso, num mundo que rapidamente se transforma, é agravado pela incapacidade das técnicas de produção, deixadas como legado por nossa tradição de ensino acadêmico, que desdenha o trabalho útil e produtivo.

No fundo de todos os nossos males, há, assim, um doloroso problema de incultura, por inciência da maioria, ou, pelo trato de disciplinas acadêmicas, menor aplicação do trabalho realmente criador ou capaz de gerar riqueza. Insuficiência política e insuficiência econômica encontram, assim, as mesmas origens, e predispõem as massas para as tristes alienações extremistas de nosso tempo.

E' certo que no problema do analfabetismo não se encontra a explicação de todos os nossos males. Mas certo é também que, enquanto mais de metade de nossa população adulta não souber ler, nenhum de nossos graves problemas de reconstrução nacional poderá ser sequer apresentado de forma a receber completa e perfeita solução. E a sensibilidade natural de nossa gente já hoje o percebe, como, pela adesão entusiástica que ela vai dando ao plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, claramente se evidencia.

Para o estudo geral das providências de execução dessa obra de redenção nacional, Srs. Delegados, é que fostes convocados como representantes dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Aqui acorrestes, tocados da mesma compreensão e entusiasmo, e aqui viestes trazer o subsídio de vossos esclarecimentos e sugestões.

Solicitou o Ministério que fosseis escolhidos pela vossa dedicação ao ensino, compreensão de responsabilidade, co-

nhecimentos técnicos e capacidade executiva. E isso justamente porque a vós cabe a importante tarefa de fazer difundir, por todos os centros de direção do ensino do país, aquelas diretrizes e aqueles princípios de boa execução da campanha.

O plano autorizado pelo Sr. Presidente da República e já em começo de execução representa uma grande experiência de descentralização administrativa e uma demonstração do que pode ser feito em regime de franco entendimento e cooperação entre o Governo Federal e as várias Unidades da Federação.

Na conformidade dos dados que reúne e sistematiza e das técnicas que estuda e procura adaptar às nossas realidades, o Ministério lançou o grande plano e lhe fará custear as despesas, velando pela boa aplicação de parte do Fundo Nacional de Ensino Primário.

Mas a responsabilidade direta da execução dentro dessas linhas, no âmbito de território de cada Unidade Federada, será a do Governo de cada uma delas.

Os objetivos a atingir são perfeitamente definidos, mas os meios que teremos de empregar hão de amoldar-se às condições ou contingências regionais.

As vossas reuniões de estudo, proveitosas desde as primeiras, não têm outro sentido senão o de coordenar dados e o de auscultar opiniões para fixação de normas flexíveis, de modo que o Plano de Educação de Adultos possa alcançar seus fins, e da melhor forma.

Não pensa o Departamento Nacional de Educação, a quem confiei a árdua tarefa de planejar os trabalhos, articulá-los e controlá-los, em quaisquer resultados miraculosos, nem ainda que as atividades do presente ano possam aproximar-nos da meta visada.

Confia, no entanto, à vista dos dados objetivos sobre que está pautando os trabalhos, que admiráveis efeitos poderão ser certamente colhidos, desde que a execução receba em cada Estado e em cada Território, como ainda no Distrito Federal, todos os mesmos desvelos e o mesmo entusiasmo que estais dando a esta fase preparatória.

O problema da educação de adolescentes e adultos analfabetos, em seu conjunto, é muito mais extenso e complexo que o da mera aprendizagem da leitura e escrita. Desde minhas primeiras declarações sobre o assunto assim o sf-tuei e assim continuo a pensar. Mas, a verdade também é que, para lograrmos maiores resultados, havemos de começar por aí, facilitando aos jovens e homens feitos, aos quais desejamos servir, esse instrumento de rudimentar cultura.

Que estamos certos, se verifica pelos resultados das campanhas similares em outros países, e, mais ainda, pela recente resolução da U.N.E.S.C.O. (a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que outro apelo não faz a todos os países, nas mesmas condições do nosso, senão que organizem campanhas semelhantes à que empreendemos. Em comunicação que me foi dirigida pelo eminente professor Julian Huxley, e datada de 17 de janeiro, solicitou a U.N.E..S.CO. a este Ministério, que elabore um piano de combate ao analfabetismo, ao mesmo tempo que favoreça por todos os meios a educação sanitária, a difusão das modernas técnicas de produção, a compreensão cívica e o amor à paz. O uso de expressões de todo idênticas aos de entrevista coletiva que dei a 15 de janeiro, já por si evidencia a comunhão de propósitos e a identidade de conclusões, no que pretendem aquela organização mundial e este Ministério.

E isso há de explicar, também, em grande parte, a adesão que a campanha já recebeu, e está a cada instante re-

cebendo, de personalidades, as mais ilustres, de entidades de classes, de partidos políticos, de agremiações culturais, como, ainda hoje, a do Conselho Universitário da Universidade do Brasil. esse movimento, que já podemos classificar de nacional, pelas forças que despertou e pelos aplausos recebidos, irá agora depender, para o seu aperfeiçoamento prático, dos esforços das administrações de ensino nas diferentes Unidades Federadas. A elas fornecerá êste Ministério o numerário e as diretrizes técnicas, e, como tereis observado, o exemplo de trabalho e de decisão patriótica em vencer quaisquer dificuldades.

Srs. Delegados.

Mais uma vez, o Ministério da Educação intenta uma grande obra Nacional, pelo seu vulto, pela sua significação, pelos esforços que pede de todos e pelos resultados que este trabalho há de produzir.

Se é grande a responsabilidade dos técnicos deste Ministério, grandes, por igual, são as vossas, pois que, de retorno aos vossos Estados e Territórios, haveis de levar essa palavra de entusiasmo, de compreensão cívica, e de fé nos destinos de nossa Pátria.

Se dúvidas houvesse sobre a vitalidade social e moral de nossa gente, a repercussão agora encontrada pela campanha de educação de adultos as dissiparia, tanto é extensa e profunda na opinião pública. Para esta campanha, que é uma nova abolição, não pode haver descrentes nem timoratos. Mas, se houver, que o vosso patriotismo, a vossa compreensão democrática e o vosso descortino, cheguem a convencê-los do seu engano e possam dizer conosco, em face dos resultados obtidos, que o Brasil está vivo, reage e dominará as fontes de sua própria insuficiência.

É o que espero de vós, senhores delegados estaduais, e estou certo de que não decepcionareis a minha confiança.

DISCURSO PRONUNCIADO NA
INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO
CONGRESSO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO DE ADOLESCEN-
TES E ADULTOS ANALFABETOS,
EM 25 DE FEVEREIRO DE 1947

Meus Senhores.

A abertura dos trabalhos deste Congresso, a cuja instalação tenho a honra e o prazer de presidir, traduz magnificamente o empenho da sociedade brasileira em organizar-se sob a égide da liberdade e da democracia. Porque se, de fato, a base da democracia é a liberdade e se o conceito desta evoluiu do direito de impor a sua própria vontade para o de participar, através do voto, da formação da vontade do Estado, evidentemente não se poderia falar numa coisa nem noutra, num país onde a maioria dos seus habitantes se compõe de analfabetos.

A elevada compreensão do Sr. Presidente da República permitiu que este Ministério desde logo entrasse a estudar um plano de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos e desde logo também iniciasse medidas preparatórias para a execução desse plano, em todo o território nacional.

A tarefa, a ser realizada, com a cooperação dos Estados, Territórios e Distrito Federal, vem marcar uma nova política educacional, tanto por seus objetivos, como por seus processos. Pela primeira vez, com efeito, decide o governo federal voltar a sua atenção para os problemas da educação do povo, indo ao encontro dele, e procurando despertá-lo, para oferecer-lhe os meios pelos quais possa tomar consciência plena de seus próprios direitos e deveres. Pela primeira vez, também, intenta-se o auxílio federal na execução de serviços educacionais, com amplitude proporcional às necessidades existentes.

Havíamos de começar pela base, e a forma de ensino supletivo havia de predominar nas complicações dessa grande e complexa tarefa. Não propugnamos, porém, por campanha de simples alfabetização, mas por um movimento que, desde o início, possa fornecer a adolescentes e adultos ignorantes de leitura e escrita, aquelas mais simples noções de educação, de saúde, de formação cívica, de aquisição de normas, ainda que elementares, da moderna produção técnica.

A maneira pela qual o país recebeu a iniciativa, a está aplaudindo e nela ativamente colaborando, evidencia a oportunidade da campanha e prenuncia que excelentes serão os seus resultados.

Bem certo é, no entanto, que o chamado problema da educação de adultos não se pode resumir, mesmo em países de situação cultural semelhante à nossa, nessa modalidade elementar do ensino supletivo.

Urgente, necessária, imprescindível é essa modalidade. Nela não se contém, porém, todo o trabalho a desenvolver, a fim de que aqueles postulados democráticos, a que aludimos, possam transformar-se em realidades a todos sensíveis.

A educação de adultos, numa sociedade que, como agora ocorre com a nossa, rapidamente se transforma, passando da economia agrária rudimentar para as realidades absorventes, e até certo ponto desnorteantes, da economia industrializada — há de expandir-se sob as formas de ensino de continuação, de aperfeiçoamento profissional, de difusão cívica, de formação política, se não, mesmo, de elevação estética.

E eis porque a iniciativa, que teve a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, ao promover este Congresso, haveria de ser recebida pelo Ministério da Educação como o melhor e o mais oportuno coroamento dos trabalhos dos Srs. Delegados dos Estados e

dos Territórios, chamados a esta capital para a ultimação do piano de ensino supletivo.

De certo modo, êsses trabalhos aqui não se interrompem. Apenas se alargam, para uma segunda fase de estudos, sempre úteis ao desenvolvimento da cultura e da democratização do país.

este Congresso bem merece o qualificativo de nacional, quer pelos seus objetivos, quer pelos estudiosos que reúne, aqui chamados de todos os pontos do país, para o exame das múltiplas faces do problema da educação de adultos.

Em seu bem traçado programa, todas as mais importantes questões estão indicadas: a da recuperação de grandes massas de nossa população, hoje como que marginais à nossa cultura; a da assimilação de imigrantes; a dos cursos de continuação; a de aperfeiçoamento profissional. Não foram esquecidos os temas relativos à organização e administração dos serviços, nem ainda as questões propriamente didáticas, que envolvem uma metodologia específica, ainda pouco difundida entre nós.

O Ministério da Educação, sob cujos auspícios o Congresso se realiza, vê nesta brilhante iniciativa da Prefeitura do Distrito Federal, o melhor complemento dos trabalhos dos delegados dos Estados e dos Territórios, a quem teve oportunidade de convocar, e assim também, mais uma inequívoca prova do acerto da política educacional que o governo federal resolveu encetar.

Apresento a todos os Srs. Congressistas as minhas mais cordiais saudações, e certo estou de que os seus estudos e debates muito trarão em observações e ensinamentos, para que essa política possa ser desenvolvida, de forma a elevar nosso país a uma vida mais rica de significação cultural, e, portanto, de maior significação democrática e de liberdade consciente. Asseguro-lhes a profunda simpatia com que o

Sr. Presidente da República acompanha os seus patrióticos esforços e a resolução em que S. Ex.^a se encontra de contribuir decisivamente, durante o seu governo, para que a mácula do analfabetismo seja eliminada da civilização brasileira.

DISCURSO PRONUNCIADO NA
INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE
DIRETRIZES E BASES DA
EDUCAÇÃO NACIONAL,
EM 29 DE ABRIL DE 1947

Meus Senhores.

Ao declarar instalados os trabalhos desta Comissão de Estudo das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujas conclusões servirão de subsídio precioso ao anteprojeto de lei a ser enviado pelo Governo ao Poder Legislativo, julgo desnecessário acentuar a importância da tarefa, para a qual vos convoquei, mobilizando-vos, tal como asseverara que o faria, em todos os setores onde punheis à prova as vossas capacidades. Não se trata, com efeito, como a alguns espíritos desatentos possa parecer, de uma reforma a mais. O que vamos empreender, muito ao contrário, é uma verdadeira revolução. Revolução necessária e imperiosa, pois, pelo simples fato de haver repostado o país em suas tradições de vida democrática, a Constituição de 18 de setembro estabeleceu a necessidade de uma nova política de educação, com objetivos definidos, liberta da influência de sistemas filosóficos incompatíveis com a sua própria essência e vivificada ao sopro dos novos, porque exuberantemente renascidos, ideais da nacionalidade.

"Tal é a política geral, tal a política de educação" — escreveu um de vós, o professor Fernando Azevedo, acrescentando: "Tôdas as vezes que se opera, não um simples golpe de força, de caráter faccioso, destinado a substituir os homens no poder, em nome das ambições e de interesses de grupo, mas uma autêntica revolução, em cujo programa se inseriram inovações na arquitetura da sociedade, as mudanças na organização escolar seguem, no seu ritmo e na

sua direção, as transformações produzidas nos quadros da vida social, diretamente atingidas pelas forças renovadoras da revolução." E talvez por isso mesmo, salvo quanto à tentativa canhestra do período do Estado Novo, nunca nenhuma das grandes reformas educacionais realizadas no Brasil obedecesse, como observa o mesmo eminente educador, a qualquer plano de política geral, preconcebido e determinado pelos partidos dominantes, mas, quando muito, apenas conseguiram representar a cristalização de pensamentos que se esforçavam por se inscrever na bandeira dos partidos.

Pela primeira vez em nosso país, um movimento político vitorioso traz inscrito no seu programa uma política de educação e, melhor do que isso, essa política, defendida, quase sem variações, pelos dois grandes partidos nacionais fatores da vitória e em cuja feliz cooperação repousa a estabilidade do governo, é a própria política da reestruturação democrática do sistema educativo brasileiro, a qual, expressa nas plataformas dos dois candidatos à Presidência da República e inserta, em linhas gerais, no texto da Constituição, há de ser completada pelas diretrizes e bases, por esta atribuídas à competência do legislativo federal. E se a iniciativa de leis dessa natureza é natural que pertença ao Poder Executivo, como ainda ontem proclamavam na Câmara dos Deputados os *leaders* dos dois maiores partidos, a favorável circunstância da similitude, neste particular, dos seus respectivos programas, inspirados ambos na melhor doutrina do movimento renovador dos educadores brasileiros, ensinaria ao Presidente Eurico Dutra, vitorioso no pleito, exercitá-la através de um Ministro de Educação saído das hostes que sustentaram a candidatura do seu opositor, — o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Democrática no seu sentido e nos seus objetivos, a lei dês Diretrizes e Bases da educação nacional, também pela primeira vez no Brasil se vai elaborar seguindo as formas

e os processos democráticos. Começando os princípios que a nortearão a tomar consistência nos trabalhos de pesquisa e de divulgação de tantos de vós, que atendestes ao meu apelo, cristalizando-se nas conclusões dos congressos de educadores, serão agora sistematizados, na fase de elaboração pré-parlamentar, a que vos ides dedicar, para que, numa síntese de toda a nossa experiência e de todo o nosso idealismo, possamos oferecer à sabedoria do Poder Legislativo o produto do nosso esforço, sobre o qual traçará os novos rumos da formação nacional.

Não serei eu, e já de uma feita o disse, quem se deslumbre com a ilusão do poder criador da lei ou da palavra, se desajudadas de recursos, de trabalho e de dedicação. Quando, entretanto, numa época de profunda transformação política da vida do país, desatadas as vendas de uma propaganda tendenciosa, exibem-se à consciência nacional os defeitos de um sistema educativo baseado na rigidez de normas legislativas, ninguém pretenderia que nos devêssemos conservar prisioneiros de leis e regulamentos através dos quais o poder discricionário casuísticamente baixou à análise mais minuciosa dos casos e circunstâncias para estrangular no nascedouro as veleidades de um sem número de iniciativas. Para readquirir a liberdade de movimentos, e instalarmos sistemas educativos descentralizados e capazes de uma sadia emulação, torna-se imprescindível, não menos que a definição das bases e diretrizes da educação nacional, a erradicação da série de dispositivos legais que contrariariam a política nelas consubstanciada. Mais fácil nos será então, delimitado como se encontrará o campo da norma, abrir novos horizontes ao campo da técnica, assegurando-lhe a possibilidade de uma renovação constante e progressiva, à luz da pesquisa e da experiência, dos processos e métodos a serem empregados.

Essa renovação incessante é, sem dúvida, um imperativo da época. Assistimos, com efeito, ao espetáculo de uma

existência social rudemente ameaçada, por energias quase cegas, em grave momento de transição. Da sociedade em lenta mudança, de outrora, onde as modificações sofriam o domínio de grupos primários, como a família e a vizinhança, passamos ao império de grupos secundários, por sua natureza impessoais e menos controláveis, como agremiações econômicas, uniões de trabalho, e mesmo organizações políticas de feição internacional. Em face dessa agitada sociedade, em que se operam transformações das mais violentas, enormes deveres hão de caber à educação, a fim de que subsistam aqueles valores espirituais, que caracterizam e fundamentam a nossa própria cultura. Porque de outra forma, nos abismaremos no caos.

O primeiro dever da educação de hoje há de ser, assim, o de compreensão de suas mais largas funções, escolares e extra-escolares, a se exercerem tanto sobre as gerações novas quanto também sobre aquela parcela das gerações adultas, carecente de uma formação que a habilite a enfrentar os absorventes problemas do momento; por outro lado, a compreensão de que, à proporção que a atividade política se vá estendendo ao maior número, novas oportunidades educativas, senão também novas formas de educação, devem ser ensaiadas.

Tudo se resume em afirmar, afinal, que os objetivos, as formas, e os processos educativos, hão de procurar maior correspondência com as necessidades reais da vida do povo, ou, numa palavra, que hão de fazer-se democráticos, no seu mais vigoroso sentido. Mais ilustrativo exemplo dessa necessidade não há do que a transformação, mesmo em países de arraigadas tradições, como a Inglaterra e a França, dos quadros da educação secundária. Criada, em outros tempos, para servir a um grupo restrito, ou privilegiado, e portanto de caráter rígido, a educação secundária de hoje torna-se educação comum, educação de todos, e há de fazer-se, por

isso, flexível, a fim de que possa atender à variedade de interesses e de aptidões de todos quantos a procurem, e dar-lhes, por conveniente articulação com os demais ramos de ensino secundário, o endereço cultural e profissional que mais convenha ao individuo e à vida coletiva.

A situação em nosso próprio país é das mais expressivas, nesse particular. De pouco mais de cinquenta mil alunos, no ensino secundário, há menos de vinte anos, ou uma centena de milhares em todos os ramos do ensino médio, quintuplicou-se, durante esse período, o disciplinado. E esse enorme crescimento, realizado, em grande parte às custas da eficiência, quando enquadrado, como deve ser, num sistema flexível e eficaz, atuará sobre os quadros da educação primária, como sobre os da educação superior, que se há de caracterizar também pela variedade de cursos, agora exigida pelo desenvolvimento técnico dos ramos de produção, mas igualmente pela realidade do ensino profissional, expresso na equivalência entre diploma e conhecimento e pela formação de uma cultura que não se isole da vida, mas enriqueça a experiência humana e nos solidarize a todos, como observa ANÍSIO TEIXEIRA, "pela identidade do objetivo, de preocupações, de interesses e de ideais."

É essa complexidade de problemas, decorrente das exigências da vida social, que ides defrontar, senhores membros desta Comissão, para a proposta das melhores diretrizes e das melhores bases sobre que se possam reorganizar os quadros da educação nacional. A tarefa essencialmente política, que vos incumbe, há de apoiar-se na segura observação das realidades sociais e na escolha das técnicas pedagógicas que melhor as considerem, para uma equilibrada construção.

Ao considerar tais realidades, bem certo estou de que haveis de sentir as extremas variações da vida do país, em suas diversas regiões, com necessidades específicas e possi-

hildades variadas. A simples observação da distribuição estatística dos gêneros *de* atividades e profissões, por todas elas, e a do movimento econômico e demográfico em cada uma, leva a considerar que os planos a traçar não podem ser rígidos, a fim de que satisfaçam às exigências do progresso por que anseiam.

, Nem por variáveis e flexíveis, porém, as diretrizes e bases desejáveis não de perder o espírito de unidade, em que encarnarão a sua força e os seus predicados de duração. As aspirações e os processos da educação nacional, como bem determina a Constituição, têm, por definição, uma premissa necessária: a de ser nacional o seu objetivo. Isto é, a de visar, em última análise, à integridade da Nação, às condições de seu progresso conjunto, e à reafirmação constante daqueles valores que a criaram e que a sustentam.

Em todos os pontos, bem certo estou, considerareis a variedade de condições, as peculiaridades de execução, a flexibilidade das medidas e providências que se tornarem necessárias ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da formação espiritual e técnica do homem brasileiro. Mas, bem certo estou também, que, no exame de tais contingências, tereis sempre em mente o laço invisível, que une os brasileiros do norte e do sul, do centro e do litoral, no desejo de que a educação o reforce, pelo esclarecimento das qualidades da cidadania.

O culto das tradições e dos antepassados, o sentimento da continuidade nacional, a formação do caráter e da moral, o não menor cuidado com a alma do que com o espírito, serão elementos essenciais para atingirmos a esse *desideratum*, contanto que não nos deslembramos do ensinamento de Nietzsche, para quem a palavra do passado é semelhante a uma sentença de oráculo, apenas entendida pelos que, construtores do futuro, compreenderem o espírito do presente. Cuidareis, também, de abrir a todos as mais amplas

oportunidades, projetando uma educação das massas em largas proporções e arquitetando um sistema por intermédio do qual seja possível, através da escola primária, fazer ascender os indivíduos verdadeiramente capazes, embora desprovidos de recursos, à esfera dos que, pela educação superior, constituem as classes dirigentes do país. Porque só assim teremos implantado na República as condições necessárias para o exercício da verdadeira democracia.

E' para essa grande obra de técnica pedagógica e de inspiração política, que o Ministério da Educação pede o vosso inestimável concurso, pelo qual, mais uma vez, os educadores brasileiros, que, aqui, representais, hão de prestar à reforma democrática da nossa cultura os mais assinalados serviços.

DISCURSO PRONUNCIADO NA
FACULDADE DE DIREITO DO
CEARÃ, EM 19 DE JUNHO DE 1947

*Sr. Diretor e Srs. professores da
Faculdade de Direito do Ceará*

Jovens Estudantes.

N ADA mais grato a um antigo professor de Direito do que a oportunidade, que lhe concedéis, de, nesta breve passagem pela terra cearense, por um instante participar do vosso convívio e respirar, numa região longínqua da pátria comum, a mesma atmosfera em que transcorreram os melhores dias de sua mocidade e se formaram, nos bancos acadêmicos e na cátedra, os traços fundamentais do seu caráter e da sua consciência cívica.

Vário é o destino do homem. De mim direi que, jurista e advogado por vocação, desviaram-me, aparentemente, as circunstâncias, da rota que me traçara, para conduzir-me, porém, as mais das vezes, à defesa do que Henri Robert considerava a mais bela das causas, ou seja — a do serviço da Pátria. De quantas tribunas, porém, para isto me tenha utilizado, na Câmara do meu Estado, nas Assembléias Constituintes Nacionais, na Câmara Federal ou nos Conselhos da República, a nenhuma delas me candidatei por mim mesmo, honrando apenas a confiança de amigos e concidadãos. Porque só uma escolhi de moto próprio, a docência da minha gloriosa Faculdade de Direito da Bahia. E quando circunstâncias inelutáveis dela desviaram o rumo da minha vida e tive a necessidade de afastar-me do convívio dos mestres e companheiros foi como se sentisse romperem-se as fibras das minhas mais devotadas afeições.

Não precisaria, certamente, dizer-vos mais, para significar-vos o alto conceito que tenho da função das Faculdades de Direito, em nosso país. Tempo houve, sem dúvida, em que contra elas se levantou uma onda de incompreensão. Mas quando, durante oito anos de consulado, toda a gente sentiu, como nesses templos de Ternis, que eram também templos de Vesta, se conservava inapagada a flama da democracia, irmã do espírito jurídico, ninguém mais teve dúvidas sobre o seu papel precipuo na formação do caráter nacional.

com intervalo de doze anos, quis o Destino que participasse de duas assembléias nacionais constituintes. Em ambas elas, mas sobretudo na primeira, congregaram-se as mais altas expressões do pensamento, da cultura e da experiência política do país. Mas não houve estado onde existisse uma faculdade jurídica que para elas não mandasse os mais destacados dos seus professores, como a significar o reconhecimento popular de serem os mais aptos para, pondo em prática o que ensinam, organizarem jurídica e politicamente a nação. Faculdades houve, como a do meu estado, que, de ambas as vezes, viram reduzidos de uma terça parte os seus corpos congregados, logrando, entretanto, a satisfação de verificar como, através dos mandatos culturais, que se sobrepuham aos mandatos populares, o seu pensamento impregnava fortemente as instituições em formação.

Sólidos são hoje, sem dúvida, Srs. professores e jovens estudantes, os laços que unem este nosso país. O "milagre" da união nacional já não impressiona a um observador dos sentimentos e dos interesses do povo brasileiro. Mas, para esse resultado tranquilizador, poucas forças terão contribuído tanto quanto as Faculdades de Direito. A espada e a serenidade de Caxias não realizaram mais nesse sentido, que a Consolidação de TEIXEIRA de Freitas, os trabalhos de Clovis ou de Carvalho de Mendonça, os livros de Lafayette e de João Monteiro, irradiados, ao tempo em que não havia rádios, pela voz dos professores, contrapondo-se à força desagregador

das legislações regionais, vencendo, em época recente, a pulverização do Direito pelos decretos-leis da Ditadura e processando, pela ação da cátedra e seus reflexos nos tribunais, a unificação do pensamento jurídico nacional.

Esta a grande função das Faculdades de Direito no Brasil. Não apenas formar bacharéis, capazes de opinar sobre o direito escrito ou defendê-lo perante os tribunais, diligentes intérpretes da ordem vigente, como deles se vem pretendendo fazer. Não foi com tal estofo de homens, embora necessários e úteis, que contou a Nação, para resolver as suas grandes crises sociais e políticas. Não foi essa a formação de Cairu, ou TEIXEIRA de Freitas, nem a de Tobias, Farias Brito, Martins Júnior, Sílvio Romero, dessa escola do Recife, de cujo braseiro reponia o vosso Clovis, nem a de todos esses autodidatas, a cuja frente Rui Barbosa, que tiraram dos seus cérebros, mais que das leis, ou mesmo das Constituições, a construção da República.

Mas se assim é, como consentirmos que, entregues a si mesmos e aos defeitos de uma formação individual, transportem essas figuras de prol, para a vida da sociedade a que pertencemos, o caráter egocêntrico das suas culturas, isoladas e hostis, em face das outras culturas individuais? Por que não promovermos a formação universitária dos nossos grandes juristas, de modo que, através deles, o pensamento das Faculdades de Direito se imprima na consciência nacional?

Agitais, neste momento, jovens estudantes cearenses, o programa da formação da vossa universidade e seria desnecessário dizer-vos com que simpatia vos acompanha os passos o governo federal. Certamente não pretendéis que vo-la ofereça, como um régio dom. O problema da criação de uma universidade, ainda que o seja no papel, já não é mais assunto para divertimentos de um Ministro. Se a queremos possuir, juntos havemos de trabalhar por ela. Trabalhar perante os institutos já existentes, para que concordem

em associar-se sob a sua égide. Esforçar-nos junto ao Congresso da União e do Estado, junto aos particulares de boa vontade, para que todos contribuam com a sua parcela para a criação de novos institutos e o melhor aparelhamento daqueles de que já dispomos. Mas, acima de tudo trabalhar para que se forme o espírito universitário, para que professores e alunos, irmanados no futuro, através das pesquisas e das investigações, essa inquietação cearense, que desajudada de tudo e, ao que parece, movida pelas energias acumuladas dos raios absorvidos deste sol ardente, exhibe, em cada ponto do país, um exemplar autêntico de triunfador. Teremos, então, a vossa universidade, para cujo advento contarei comigo, como um leal companheiro nesta campanha, que juntos encetaremos.

Sr. Diretor, Srs. professores e jovens estudantes. Deixo o Ceará com um senso ainda mais profundo das responsabilidades que me tocam. Parcela integrante do povo brasileiro, associado, há quatrocentos anos, pelas gerações que me antecederam, às suas lutas, aos seus trabalhos, às suas quedas e às suas ascensões, assumi o Ministério da Educação e Saúde, como se me chegassem aos ouvidos o surdo clamor dos enfermos sem assistência, o débil choro das crianças abandonadas e o brado imperioso dos que exigem educação. Por atendê-los, dentro dos recursos de que disponho, não soube até hoje o que fosse medir esforços. Ao contacto da gente cearense, da sua ânsia fremente de libertar-se dos grilhões de miséria, de sofrimento e de ignorância, em que até hoje temos vivido acorrentados, sinto mais do que nunca que terei de utilizar todas as energias para esse combate em que nos empenhamos e do qual, com a ajuda de Deus e com o auxílio de todos vós, havemos de fazer nascerem melhores dias para o Brasil.

EDGARD *SANTOS*
MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DISCURSO

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
1955

*DISCURSO DE SUA EXCELENCIA O PROFESSOR
EDGARD SANTOS NO PALÁCIO DOS CAMPOS
ELISIOS, POR OCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS CRIADA PELA "FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS".*

RECEBI com vivo contentamento o convite que me dirigiu o Dr. Luis Simões Lopes para comparecer a esta solenidade. Conhecendo-o há muitos anos, e acompanhando a sua trajetória de homem que pensa e realiza, eu não poderia faltar ao seu chamado num momento como este, quando a sua — digo mesmo, a nossa — "Fundação Getúlio Vargas" regista mais um sinal positivo em seu caminho de vitórias.

Aqui estou, portanto, não só como brasileiro que vem aplaudindo as realizações deste eminente patricio, mas também, na qualidade de Ministro da Educação e Cultura, cargo a que me elevou recentemente a honrosa confiança do Presidente Getúlio Vargas, c onde me sinto cabalmente credenciado para aplaudir e cooperar com iniciativas como esta.

Incluindo-se agora, entre estas iniciativas, a Escola de Administração de Empresas/dá-nos a "Fundação Getúlio Vargas" mais uma prova concreta de que persiste o seu entusiasmo criador.

Vemos que o seu campo de ação se desenvolve e dia a dia se enriquece, como no caso presente, pela conjugação dos seus esforços com os esforços e capacidades de outras entidades, entre as quais figura o Ministério da Educação e Cultura, para uma consecução mais perfeita dos seus objetivos.

Num país como o Brasil, onde, em grande parte, o povo ainda não despertou para a realização pessoal do seu destino — tarefa que lhe cabe executar com independência e, mesmo, sobre a inércia eventual do Estado — esta é, sem duvida, uma orientação digna de encomios, pelo sentido altamente político e essencialmente educacional que a inspira. Compreendo e proclamo, assim, o acerto com que a "Fundação Getúlio Vargas" vem prestando ao nosso país seus relevantes serviços, e desejo aqui acentuar que o seu trabalho, embora produtivo, é silencioso, não se move por interesses que não sejam os da coletividade, e que, inspirada por um salutar espírito de renovação cultural, a "Fundação Getúlio Vargas" revela, antes de tudo, possuir uma visão clarividente e penetrante da realidade brasileira.

Neste largo panorama, c motivada, certamente, pelas mais vivas necessidades da vida brasileira, a

"Fundação Getúlio Vargas" faz surgir no país um novo tipo de escolas. Consagradas ao estudo especializado dos problemas administrativos, estas escolas lem de singular e louvável, a característica de não se prenderem a uma rígida legislação previamente estabelecida, mas, sem fugir ao domínio dos critérios legais vigorantes, atender sobretudo as necessidades e imposições da conjuntura, em cada momento da economia brasileira.

Iniciativa oportuna, não poderia deixar de merecer a simpatia das torças culturais do País, pois c verdade que novos critérios, racionais e científicos, precisam ser implantados, não só na organização do Estado, mas, paralelamente, nas atividades de natureza privada e, de modo particular, nas empresas comerciais e industriais, porque nestas repousa a subsistência nacional, e elas são fatores de repercussão fundamental na vida pública.

Não lendo o nosso povo realizado, na medida que seria desejável, a organização de sua realidade econômica, e esta dominada ainda, na generalidade dos casos, pelo empirismo e a rotina, certo é que não foi ate agora a natureza brasileira aproveitada com o vigor que poderíamos esperar, e na extensão

real dos seus recursos. Sente-se, com isto, afinal, a necessidade de ingressarmos em uma nova fase de produtividade, fase que se caracterize, já no domínio econômico, pela manipulação de instrumentos científicos, e com o que se revela, em consequência, a necessidade da formação e do aperfeiçoamento do pessoal que os novos métodos reclamam.

A civilização industrial moderna, impressionante pela complexidade e magnitude dos seus problemas, converteu a administração em uma verdadeira ciência. Ciência básica e profundamente vinculada às demais atividades humanas, a administração assume modalidades inúmeras, exigentes de preparação especial, e que se vão caracterizando de conformidade com os objetivos e intenções a que devem servir.

Temos aqui, nesta escola que hoje se instala, um exemplo altamente significativo desta diferenciação. Abriga-se aqui uma variedade da ciência administrativa de sentido eminentemente econômico, e outro não poderia ser o ponto escolhido pela "Fundação Getúlio Vargas" para a instalação desta Escola, senão esta grandiosa capital, de cuja atividade e beleza todo o Brasil se ufana.

Realizando, com isto, a "Fundação Getúlio Vargas", mais uma etapa de sua jornada cultural, bem se vê que o seu trabalho — longe do teorismo em que tradicionalmente nos compraremos — tem de marcante a circunstância de consultar e atender às peculiaridades do meio a que se aplica. Beneficia-se a Fundação, para o desenvolvimento das atividades que lhe estão afetas, de sua condição de entidade privada. Isenta, deste modo, da irrecorrível planificação do Estado, e organizado o Estado, talvez irremediavelmente de forma inflexível, é visível a intensidade e a freqüência com que, não só no plano econômico como também no plano cultural, se transfere a matéria que lhe é própria para os domínios institucionais de natureza privada.

Devendo-se este fenômeno à inércia ou mesmo à impropriedade do tipo de Estado em que vivemos, queremos acreditar que o homem moderno se encontra, nos domínios da administração dos interesses gerais, ante o dilema de submeter ao Estado todos os interesses da comunidade, ou, por outro lado, distribuí-los em organismos privados, mas animados de espírito público, e visionando objetivos superiores. Tirando-se das mãos do Estado a

realização direta dos serviços, certo é que estes serviços adquirem agilidade e consequência e, no campo específico de cada finalidade, assumem formas de produtividade eminentemente democrática, porque contando aí, intensamente, com a participação direta dos indivíduos verdadeiramente interessados em cada ordem de problemas.

Este sistema, com efeito, não importa em prejuízo para o Estado, mas, pelo contrário, não podendo as organizações particulares escapar inteiramente à ingerência do Estado, contribui certamente para que as atividades governamentais se contemham num plano geral de pura supervisão, e menos comprometido o funcionamento do Estado pela hipertrofia de atividades e serviços a que se obriga quando em contacto direto e indiscriminado com as massas. Vê-se, por este modo, que se vai acentuando, em face daquele dilema, a preferência pelas soluções privatistas, e que este sistema, em boa hora adotado pelos criadores da "Fundação Getúlio Vargas", está em absoluta consonância com as entidades mais interessadas na realização desta escola.

Situada numa terra onde o povo não repousa à sombra do govèrno, mas realiza por si mesmo o

seu progresso e a sua grandeza, creio que a Escola de Administração de Empresas há de triunfar aqui, e a experiência que vai realizar, contribuir para maior acerto de iniciativas congêneres em outros pontos do País.

Estes votos, aqui formulados perante tão eminentes representantes da gente paulista — representantes de que destaco, agradecido e cativado, a figura singular do Governador Lucas Garcez — valem, pela confiança que deposito na missão nacional desta província, mas valem, sobretudo, pelo acerto e entusiasmo com que, mais uma vez, outros brasileiros saberão compreender e aproveitar as sugestões de vossa história.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL - 1955

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)